

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 213 • Outubro de 1986 • Cr\$ 6,00

Doenças



da nossa saúde

tempo e presença

**Revista mensal
do CEDI**

Outubro de 1986

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. n.º 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

**Diagramação
e Secretaria Gráfica**
Ana Sendeski

Composição e Impressão
Cia. Editora Jorônês

Preço do exemplar avulso: Cz\$ 6,00

Canudos ou Belo Monte era o nome da cidade comunitária que os discípulos de Conselheiro construíram em mutirão em 1893, às margens do rio Vassouras, região do Raso da Catarina, no município de Euclides da Cunha.

Cansados de carregar a carga do latifúndio e inspirados nas comunidades bíblicas, os camponeses organizaram uma cidade diferente: sem patrão, polícia e opressor. Nesta comunidade de 25 mil habitantes, então uma das maiores cidades do país, todas as pessoas tinham valor igual e cuidavam da organização da cidade. Os camponeses, vindos dos mais distantes pontos do nordeste, deixavam ou vendiam suas pequenas propriedades para morar no Belo Monte, onde cada pessoa era valorizada como gente.

Se as comunidades de base de hoje são sementes de uma nova sociedade justa, Canudos foi o mais forte exemplo de mudança neste país. Se existe um projeto de reforma agrária, Canudos mostrou experiências vitoriosas. Se as comunidades de hoje buscam na fé forças para a caminhada, Canudos viveu esta experiência com garra e organização.

Os camponeses unidos e apoiados na força dos seus braços desenvolveram uma das regiões mais secas do país e mostraram que o atraso é planejado pelos opressores. Mas os dirigentes da jovem República (políticos, fazendeiros, militares, governadores) não aceitaram a idéia de uma cidade governada por gente humilde! Pelo contrário, ainda exigiram impostos que os camponeses não podiam pagar. Como só havia esta comunidade no país lutando pela justiça social, Canudos foi destruída por uma guerra desleal. Os camponeses resistiram um ano a seis expedições e foram derrotados. Com muita coragem e bravura ninguém se rendeu! Os militares destruíram a cidade e os habitantes num verdadeiro genocídio e depois cobriram o local com água para esconder a perverdade deles. Mesmo assim, Cocorobó não afogou a memória de Canudos. As organizações comunitárias estão espalhando por todo o sertão e vão se libertar dos exploradores do povo.

O novo movimento histórico de Canudos está vivo e fortalecido e é composto por pessoas comprometidas com as lutas populares. No dia 14 de agosto deste ano foi lançado em Salvador por este movimento o livro "50 anos depois, Canudos de novo", o qual servirá de instrumento para a caminhada das comunidades, no sentido de resgatar a história de Canudos servindo de subsídio para a discussão da questão da terra.

No dia 5 de outubro, acontecerá a Terceira Missa pelos Mártires de Canudos, no povoado de Canudos, quando os camponeses estarão reunidos para discutir sobre constituinte. O sertão vai se encher de alegria!

Coordenação do Movimento Histórico de Canudos Monte Santo (BA)

Tenho recebido "Tempo e Presença" a cada mês. Leio-a e passo para uma amiga brasileira. Está como sempre muito boa no conteúdo, na atualidade dos temas e na apresentação gráfica. "Tempo e Presença" é um pouco de Brasil que chega aqui.

**Maria José Fontelos Nunes
Louvaina, Bélgica**

Recebo normalmente "Tem-

po e Presença", desde o ano passado. Tem sido por demais útil nos meus trabalhos pastorais e na faculdade.

Só tenho uma dúvida: Quem assinou a revista para mim? Um amigo? Que amigo! Faz tempo que tento descobrir e não consigo. De qualquer forma foi um dos melhores presentes que podia receber.

Um abraço!

**Antônio José
Limoeiro do Norte (SP)**

Desejamos informar-lhes que recebemos de forma regular a revista mensal do CEDI, pela qual estamos muito agradecidos. Muitos de seus artigos são compartidos com nossos irmãos do campo (aymaras, quechua, etc.), ou então nos cursos de Promoção de Líderes. Os conteúdos são de invaluable ajuda para nosso trabalho, ademais os participantes a vêm com muita simpatia pelo enfoque cristão que domina toda a revista.

Por estes motivos, e muitos que não são mencionados aqui, desejamos seguir sendo favorecidos com o envio desta revista. Nossa oração solidária seja com todos vocês, em nome de Jesus.

**Centro Ecumênico de
Promoção e Pesquisa de
Teologia Andina Cepita
La Paz - Bolívia**

Aconteceu Especial

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1981.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 10,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 10,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 30,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 55,00

**Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP)**

Índice**Saúde**

Nossa dor é a dor da nossa vida	Página 4
A saúde mental no Brasil	Página 7
Hospitais para crônicos. Devem acabar?	Página 9
Doença de Chagas e reforma agrária	Página 11
Educação e saúde: a quem interessam?	Página 13
Saúde e miséria na Baixada Fluminense	Página 15
Um exemplo a não ser seguido	Página 20
A Igreja e a questão da saúde	Página 22

Bíblia hoje

A ação profética de Jesus e a saúde do povo	Página 27
--	-----------

América Latina

Orlando Fallas-Borba e a situação da Colômbia	Página 29
---	-----------

Constituinte

Igrejas unem-se por espaço no Congresso Constituinte	Página 32
--	-----------

Livros

Medicina Alternativa	Página 35
----------------------	-----------

Última página

Saúde doente

A saúde da grande maioria dos brasileiros está doente. Não somente nos aspectos sanitários específicos, conhecidos tradicionalmente, tais como a ausência, em grande escala, de uma política preventiva de saúde e a presença de doenças de massa que já se poderia supor extintas no país, mas também na visão integral de saúde e um contexto de desenvolvimento integral. Muito mais do que não ter doenças, ter saúde é poder viver dignamente. Se assumimos esta compreensão sobre saúde definida pela própria OMS (Organização Mundial da Saúde) podemos logo verificar que o Brasil é um país doente. Nele coexistem realidades paradoxalmente contraditórias: um lugar privilegiado no quadro das economias capitalistas mais dinâmicas e uma posição, mais destacada ainda, entre as nações onde há mais miséria, fome e carências sociais de todo tipo; uma das indústrias militares de maior expansão no mercado internacional da morte versus a pobreza absoluta em que continuam submetidas amplas camadas da população brasileira.

Ter saúde é, deste modo, ter acesso às condições humanas de vida, abrangendo possibilidades de exercício da cidadania:

participação social e política, poder de decisão na área econômica, realização dos direitos fundamentais indispensáveis para que o homem e a mulher vivam dignamente. Isto é, sejam pessoas sadias.

Com base nesta premissa, *Tempo e Presença* quer, também, chamar a atenção de seus leitores, muitos dos quais comprometidos numa prática de evangelização libertadora, para a responsabilidade das Igrejas neste campo. Uma referência fundamental neste campo é a afirmação de Jesus Cristo ao falar de sua missão libertadora: “Vim para que todos tenham vida e a tenham em plenitude” (João 10,10). Promover a vida significa construir a saúde. Lutar pela saúde é lutar pela vida, em todas as suas dimensões.

Esta edição procura refletir sobre vários aspectos da saúde no Brasil, sem pretender — nem poder — atingir todo o complexo quadro que o tema envolve. A intenção editorial é a de favorecer uma ampla reflexão dos leitores sobre essa problemática decisiva. Outro propósito é o de apoiar os companheiros e companheiras engajados na luta por condições dignas de vida para a maioria dos brasileiros e que se dedicam, particularmente, à área da saúde.



Garantir a refeição diária, uma dúvida cotidiana

Nossa dor é a dor de nossa vida

Maria Cecília de Souza Minayo

Quando nos aproximamos das pessoas numa favela ou num bairro popular nas periferias das grandes cidades, quase sempre a porta de entrada para o bate-papo informal é a saúde. Àquele: "como vai, dona Maria?" segue-se sempre uma avaliação do tipo: "não ando muito bem não, minha filha, essa perna agora só vive inchada?" ou "ando muito nervosa, a coisa está feia aqui em casa..." etc, etc...

Essa aproximação que pode se aprofundar ou se esvaziar aí, tem na sensibilidade do interlocutor os seus limites de continuidade. Nas minhas andanças pelos bairros pobres, sempre me impressionou essa forma de como a classe trabalhadora transforma em subjetividade as representações so-

ciais de uma realidade que lhe é adversa, hostil e urgindo mudança. No caso, o "não estar bem" carrega em si uma capacidade de síntese de toda uma situação, de uma história de vida, de condições sociais pessoais e comunitárias que o interlocutor pode aprofundar.

Mais ainda, pode-se observar que a mesma fluência com que as pessoas pobres discorrem sobre sua "saúde ou doença" não corresponde de maneira alguma à forma como costumam tratar, por exemplo, a carência de alimentação para a família. Quando o informante fala desse tema, há muitas reticências, muito silêncio eloquente. É como se houvesse uma vergonha, uma culpa assumida, particularmente dos pais de família, pela sua impotência de

dar comida aos filhos e manter a sua casa. Aqui, mais que nunca dá-se uma interiorização nas vítimas, da sua responsabilidade pela situação.

Nas questões de saúde, pelo contrário, é como se elas tivessem um poder liberador para expressar as exigências opressoras da sociedade. Neste sentido **saúde e doença**, para as camadas mais desprivilegiadas da sociedade, são uma dessas realidades que exigem atribuição de sentido, de um lado, e de outro, são uma metáfora do mal na sociedade.

A partir dessas colocações preliminares gostaria de aprofundar três pontos que considero importantes sobre a questão da saúde e as camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora.

Como o povo preza a saúde

O primeiro diz respeito à conceituação de **saúde**, dada por esses atores sociais. A cultura popular nos apresenta uma imagem mais totalizante do que a simples idéia de **saúde** como "ausência de doença", frequentemente veiculada pelos meios médicos oficiais. Essa imagem mais global pode ser percebida comparando-se as conversas nas salas de espera e as respostas às perguntas do médico no consultório. Aqui se lhes pede uma cronologia da doença, a duração e a citação dos sintomas considerados importantes para o diagnóstico. Ali, junto com seus pares ou em suas casas com os amigos, a doença é contada não apenas como um sintoma, mas como fato social importante, no qual se insere a realidade do sujeito. A dor tem o seu contexto na vida: são juntados a ela a falta de comida para os filhos, a ausência de uma pessoa querida, uma separação, ou as condições penosas de trabalho.

Por esse motivo a "medicina popular" costuma ter tanto êxito com as classes trabalhadoras. Mesmo recorrendo à magia para a cura, esta capta os elementos da condição de vida. Nos terreiros de umbanda ou nas tendas espíritas, as pessoas são tratadas como indivíduos diferenciados e únicos, com sua história, suas preocupações e suas experiências. Neste particular, essas formas de medicina são um questionamento ao sistema oficial e burocratizado de assistência médica.

Formado dentro de um sistema que privilegia a biologia e a anatomia como matérias básicas, os profissionais de saúde tendem a considerar os pacientes como seres a-históricos, com corpos mutilados e membros hipertrofiados. As relações humanas tão importantes, particularmente em situações de maior insegurança e fragilidade como as de doença, costumam ser esquecidas, em favor da técnica e do saber inacessível do médico. Para eles, somos coluna quando aí nos dói, somos pulmão, somos esôfago, figado ou rim quando algo de anormal ocorre com esses órgãos. Nos grandes hospitais, além de tudo, somos um número, com uma determinada parte do corpo comprometida. E nesse particular, o avanço das "medicinas populares" mesmo nos grandes centros urbanos, deve ser visto não a partir apenas de

razões econômicas ou como atraso do povo. Porque na verdade elas catalizam uma resistência dos usuários à prática muitas vezes autoritária da medicina e da imposição de valores que resulta dessa prática.

Assim podemos dizer que, na cultura das classes trabalhadoras, se a doença é ausência de saúde, a saúde não é apenas ausência de doença. Ela significa um estado de satisfação e de bem-estar que engloba o conjunto de suas condições de vida, aspirações e relações sociais.

No entanto, sabemos que, se através da medicina popular as populações empobrecidas revelam um conteúdo mais abrangente da sua compreensão de saúde, esses instrumentos de expressão são insuficientes para lhes permitir colocar de forma positiva e articulada uma nova concepção sanitária. Sua impotência se reflete na esperança da "magia" e se esgota no individual. Faltam-lhes elementos organizativos e informativos que vinculem as questões pessoais com as causas que geram as desigualdades da organização social. Sua imagem totalizante de saúde fica anuviada pela ideologia dominante que a considera responsável por seus males, como se eles resultassem de incultura, atraso ou falta de educação.



A disputa por um pedaço de pão

Saúde e trabalhadores

O segundo ponto diz respeito à situação de saúde da classe trabalhadora. Em recente artigo no livro **A Saúde em Estado de Choque**, produzido pelo Núcleo de Políticas Públicas e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública, o prof. Nilson do Rosário Costa e sua equipe mostram-nos o seguinte quadro, fruto das extremas desigualdades existentes em nosso país:

a) A primeira Desigualdade gritante se dá na esperança de vida ao nascer: os trabalhadores que ganham até um salário mínimo têm uma vida média 15 anos menor do que os que ganham mais de cinco salários-mínimos;

b) A segunda desigualdade é dada pelas diferenças regionais. Enquanto no Rio de Janeiro o coeficiente de mortalidade infantil é 43,2 por 1000 nascidos vivos, em Porto Alegre é 36,3/1000, já em Recife esse número sobe para 83,6 e tem crescido no Nordeste como um todo (o coeficiente de mortalidade infantil é ainda hoje considerado dos mais sensíveis às condições de vida, pelo fato de os menores de um ano serem suscetíveis às condições de alimentação, moradia e saneamento);

c) Existe uma terceira desigualdade que é dada pelo acesso ou não ao saneamento básico, um dos itens mais importantes no conceito de saúde pública. A falta de saneamento faz parte da realidade das regiões mais pobres do país e dos bairros mais pobres das grandes cidades. No entanto está historicamente comprovado que a mortalidade infantil decresce substancialmente quando a população tem acesso à água encanada e ao esgotamento sanitário.

Resumindo, em nosso país, segundo os mesmos autores, campeiam as doenças da miséria: as doenças ligadas à subnutrição atingem 40 milhões de pessoas; 6 milhões são portadores da doença de Chagas; a malária registra anualmente 380 mil casos novos; a lepra faz 500 mil doentes; a esquistosomose atinge de 6 a 8 milhões de habitantes. Uma doença como a dengue, que há muito havia sido erradicada, no Rio de Janeiro já atingiu até agora quase 1 milhão de pessoas. E todos sabemos que a incidência da dengue tem a ver com a falta de saneamento e com a pobreza. Além disso, ocorrem anual-

mente 100 mil casos de enfermidades evitáveis através da vacinação.

Por outro lado, das doenças da miséria e do subdesenvolvimento a classe trabalhadora já é vítima também das quais ligadas ao desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo em que a população empobrecida morre de fome, diarréia ou de pneumonia, aumentam as mortes por problemas do coração, câncer ou por causas violentas. Praticamente a metade dos óbitos entre homens de 15 a 49 anos no país está vinculada a causas violentas, isto é, decorrentes do processo de trabalho e do modo de vida urbano. Nesse grupo, também os mais atingidos são os pobres, os trabalhadores.

Os dados oficiais comprovam que ocorre em média 3.025 acidentes de trabalho por dia, no Brasil, e cerca de vinte trabalhadores morrem diariamente vítimas de acidente. Sabemos que além dos baixos salários e das longas jornadas os trabalhadores são vítimas de ruídos excessivos, substâncias tóxicas, calor insuportável, stress, isto é, condições de superexploração no trabalho.

Todos os dados acima nos levam a pensar que existe necessidade de mudança e de transformação.

Doença: uma questão coletiva

É a respeito dessa mudança e dessa transformação que gostaria de comentar nesse terceiro ponto. Existe hoje nos setores mais conscientes da classe trabalhadora e nos grupos mais avançados do setor saúde a certeza de que é preciso lutar para ampliar o campo de atuação e o conceito de **saúde**. É preciso tirá-la da definição estreita da medicina, "ausência de doença", e colocá-la num quadro mais global ligado às questões do padrão de vida, do meio ambiente e do saneamento básico. É preciso tirá-la também da responsabilidade individual e compreendê-la como um bem e um interesse da comunidade.

Portanto, a luta pela saúde se une à grande luta da classe trabalhadora por mudanças sociais fundamentais.

- Vivemos num país onde 86 milhões de brasileiros estão desnutridos (IPEA, 1986);

- Vivemos num país onde 45% das

moradias não apresentam condições mínimas de infraestrutura sanitária (IBGE, 1980); onde 55 milhões de pessoas não têm acesso a água encanada; onde 45 milhões de habitantes na área urbana não têm esgotamento sanitário, e na área rural apenas 5% têm acesso a ele. (Rev. da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 1986), vol. 12);

- Vivemos num país onde 47,5 da População Economicamente Ativa tem rendimento de 0 a 1 salário mínimo e 82% ganham só de 0 a 3 salários mínimos. Apesar de ser a 8ª potência capitalista, o Brasil ainda possui a pior distribuição de renda do mundo (PNDAS, 1983);

- Vivemos num país onde há 11 milhões de desempregados e subempregados na cidade e 12 milhões de camponeses sem terra na área rural. (CNRA 1984).

A luta por melhores condições de saúde, portanto, é a luta por melhores condições de vida, isto é, de salário, de moradia e de trabalho.

Mas ela possui também seu campo específico. Ela tem que ser uma atitude organizada de cobrança e de vigilância sobre todos os serviços de prevenção e de cuidados a que a população tem direito, como mostram os professores Victor Valla e Joaquim C. de Melo, no artigo "A saúde em estado de choque", do mesmo livro acima citado:

- Luta para que todos tenham acesso aos serviços de saúde. Na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no início de 1986, foi lançado um lema para a mudança do setor. "Saúde para todos — Direitos do Cidadão, Dever do Estado". Nesse lema, está em jogo o direito de qualquer brasileiro ser atendido, de acordo com suas necessidades, pelo sistema público, pague ele ou não a Previdência Social;

- Vigilância da verba pública, para que sua aplicação reverta em programas de interesse da população;

- Controle sobre o planejamento e a implementação dos serviços. Isto é, não basta conseguir mais verbas para

**A fome não está somente na África.
Está aqui,
bem perto de nós.**

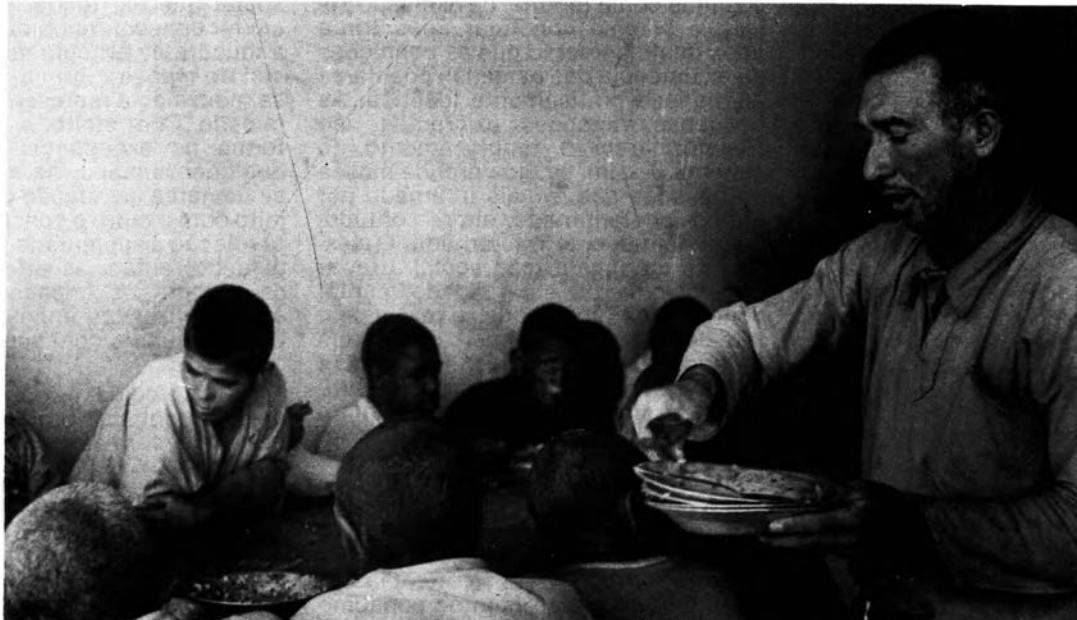


a saúde. É necessário reivindicar a sua aplicação nos espaços onde a necessidade é maior e que os serviços atendam aos verdadeiros problemas apresentados pela população;

- Por fim, vigilância sobre os serviços existentes. Na medida em que as organizações populares tomam consciência de que não apenas a doença é um mal social, mas também sua solução é coletiva; na medida em que assumem como seus — frutos dos seus impostos — os edifícios e equipamentos públicos de saúde, certamente elas influirão na qualidade do atendimento e no respeito a suas necessidades.

Resumindo, eu diria que num país no estágio e com a configuração de capitalismo como o nosso, a questão da saúde tem que ser tomada como bandeira de luta da classe trabalhadora. Esse "direito de todos e dever do Estado" historicamente só se consegue como conquista. Está comprovado pela experiência de muitos países, na medida em que se amplia o acesso dos trabalhadores a melhores salários, a condições dignas de moradia e alimentação; na medida em que melhoram as condições de trabalho e ambientais, sobe o padrão de saúde de todo o povo trabalhador. •

Maria Cecília de Souza Minayo é socióloga da Fundação Oswaldo Cruz — Rio de Janeiro.



Situação dos doentes mentais no Brasil é cada vez mais crítica

A saúde mental no Brasil

Joel Birman

Os meios de comunicação de massa noticiam permanentemente a situação catastrófica em que se encontra a assistência psiquiátrica no Brasil. Ao lado de eventuais escândalos sobre o funcionamento de alguns hospitais públicos, publicam-se estatísticas sobre a incidência elevada de doenças mentais e previsões aterradoras sobre esta incidência para os próximos anos. Entretanto, estas informações carecem de fundamentação científica, pois não existem, com raras exceções, estudos epidemiológicos sobre a incidência, a prevalência e a distribuição regional das diferentes formas de enfermidades mentais no país, como também sobre a assistência pública voltada para a população carente. A falta de informações rigorosas sobre a situação da saúde mental no Brasil é um indicador seguro da pequena importância atribuída pelo Estado à resolução deste problema.

SAÚDE PÚBLICA E SAÚDE MENTAL

Poder-se-ia pensar que este quadro que esboçamos acima se repete para a

totalidade da assistência médica, abrangendo também o campo das enfermidades somáticas. Com efeito, a saúde pública e o exercício da medicina social é algo extremamente restrito no Brasil, concentrando-se em pequenas áreas do país, realizando-se para setores privilegiados da população. Podemos indicar, assim, a reprodução no setor saúde da mesma distribuição desigual de bens materiais e simbólicos que encontramos em outros setores da sociedade brasileira. Portanto, apesar da existência de levantamentos epidemiológicos mais precisos e abrangentes sobre as enfermidades infecciosas e somáticas, a saúde pública funciona sem um planejamento rigoroso de suas práticas, intervindo de modo incisivo apenas quando se coloca em pauta a ameaça de ruptura do sistema sanitário, isto é, nas epidemias, como podemos perceber recentemente no Rio de Janeiro, no caso da febre amarela e do dengue. Enfim, quando os interesses dos grupos dominantes são colocados em questão, pelas péssimas condições de saúde, o Estado intervém, mas fora isso o destino das populações carentes não merece maior investimento político.

Entretanto, apesar da similitude aparente entre os dispositivos para a manutenção da saúde pública e da saúde mental, existe entre estas uma diferença fundamental. As enfermidades mentais não produzem epidemias que ameacem gravemente o equilíbrio político do sistema social. Além disso, lembremos que existe no Brasil um excesso de população apto para o trabalho que não encontra formas de inserção no mercado de trabalho. O que nos indica a existência de um percurso: esta parcela populacional que não encontra um lugar valorizado no sistema social é ostensivamente marginalizada, através de mecanismos sociais precisos.

Neste contexto, o Estado não funciona apenas como negatividade, isto é, impossibilitando a inserção no social da totalidade de seus cidadãos, mas como positividade, produzindo ativamente formas de marginalização e de institucionalização desta marginalidade social. Enfim, a problemática da saúde mental está vinculada à inexistência de plenos direitos de cidadania.

nia para uma parcela significativa da população.

O descaso do Estado brasileiro com a saúde mental das populações carentes não pode ser interpretado como a inexistência de uma política de saúde mental como poderíamos ingenuamente ser levados a pensar, mas revela, ao contrário, a presença de uma estratégia política que pretende justamente instituir um estatuto de positividade para segmentos sociais marginalizados. Afinal de contas, as pessoas eliminadas da circulação social pelo dispositivo psiquiátrico não são marginalizados por razões sociais, mas por "distúrbios mentais"! A linguagem médica da obsoleta psiquiatria asilar, com a justificativa que fornece para a exclusão quase absoluta dos indivíduos do espaço social, fornece a caução científica para esta modalidade violenta de controle social das populações pobres.

PARADOXO DA MODERNIZAÇÃO

Nesta perspectiva, podemos interpretar o aparente **paradoxo** que se revela nos projetos de modernização da assistência psiquiátrica no Brasil. Estes foram forjados nos últimos trinta anos e elaborados por órgãos oficiais, como a Divisão Nacional de Saúde Mental e a Previdência Social. Assim, desde meados dos anos cinqüenta se propõe a reformulação da assistência psiquiátrica, a partir da constatação das péssimas condições dos asilos que funcionavam como máquinas de aniquilamento social dos internados e não como espaço médico de cuidados. Formulava-se, então, que a assistência deveria ser deslocada para os ambulatórios e os asilos deveriam ser transformados em espaços terapêuticos. Este discurso modernizador inicial perdurou até meados dos anos sessenta quando se instituiu a Companhia Nacional de Saúde Mental, que formulou uma política de saúde mental propriamente dita, isto é, pretendendo não apenas a terapêutica mas também a prevenção das enfermidades mentais. Foi no campo deste discurso preventivista, perdurando até os dias de hoje, que se desenvolveu uma ética social de fundamentos psicológicos. Surgiram, então, as mais diversas formas de psicoterapia, individual e de grupo, assim como práticas psicológicas de intervenção na família, nas instituições sociais e nas comunidades. Constituiu-se uma demanda terapêutica sofisticada nos meios urbanos e um discurso de psicologização da sociedade. Enfim, a ideologia psicológica-psiquiátrica funcionou como um dispositivo de controle social no espaço urbano, desarticulando práticas e reduzindo o potencial crítico de uma série de movimentos sociais.

Porém, o que nos importa sublinhar aqui são os efeitos sociais deste discurso modernizador da prática psiquiá-

trica. Se este processo se iniciou com a constatação da péssima situação dos hospitais psiquiátricos, que não funcionavam como espaços terapêuticos mas como redutos de exclusão social, é preciso constatar após trinta anos deste percurso que as condições de assistência das camadas populares permanece praticamente idêntica. As pequenas variações existentes não transformaram o funcionamento do sistema. Assim, se uma grande massa de pessoas não é mais internada por tempo indeterminado, ela é, contudo, permanentemente reinternada. O destino de marginalização social através do emblema da enfermidade mental continua idêntico, o que se revela pelo fato de que o maior número de aposentadorias e licenças pela Previdência Social serem por problemas psiquiátricos. A assistência ambulatorial continua precária e o encaminhamento para internações mutilantes é o recurso primeiro do sistema psiquiátrico.

Em contrapartida, o discurso modernizador constituiu uma **psiquiatrização** mais abrangente das relações sociais no espaço urbano. As psicoterapias se transformaram num bem de consumo para as classes médias. A aquisição deste bem simbólico se transformou num emblema valorizado para certos grupos sociais. Enfim, constituiu-se uma psiquiatria "leve" para algumas camadas da população urbana e manteve-se inalterada a psiquiatria "pesada" voltada para a marginalização das camadas populares, constituindo-se, então, duas formas diferentes de controle social.

REPENSANDO A SAÚDE MENTAL

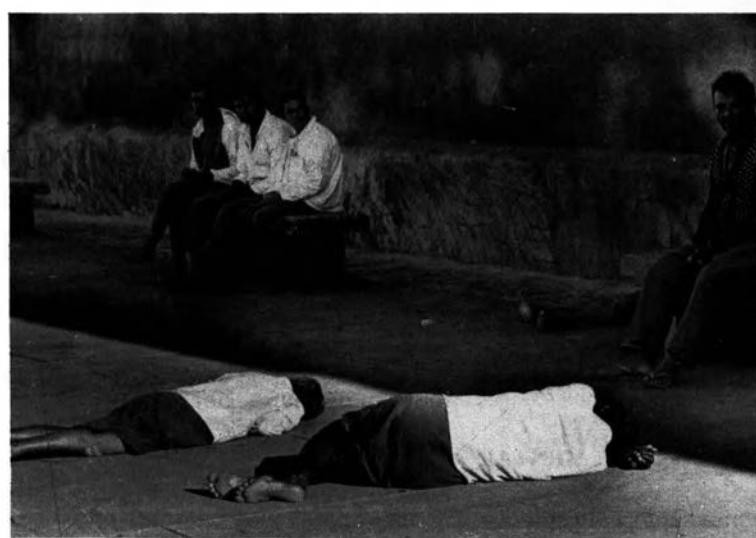
Assim, repensar a questão da saúde mental implica, antes de mais nada, em considerar criticamente a experiência brasileira dos últimos trinta anos, isto é, reavaliar a dupla estratégia de controle social presente na prática psiquiátrica, que apresenta diferentes tá-

ticas e alvos populacionais. Além disso, exige destacar os efeitos ideológicos no discurso psiquiátrico sobre os movimentos sociais, mediante a ética social que ele funda. Porém, implica em reconhecer fundamentalmente que a loucura se articula com o tecido social de maneira íntima, essencial, não se reduzindo à representação de enfermidade. Com efeito, a loucura é uma forma de experiência possível para qualquer humano, na medida em que se marca na relação de qualquer sujeito com o outro e consigo mesmo. Esta relação é sustentada pelo **desejo**, indicando, então, as diferentes formas de loucura os impasses do desejo, suas realizações impossíveis e o embate do sujeito com sua falta.

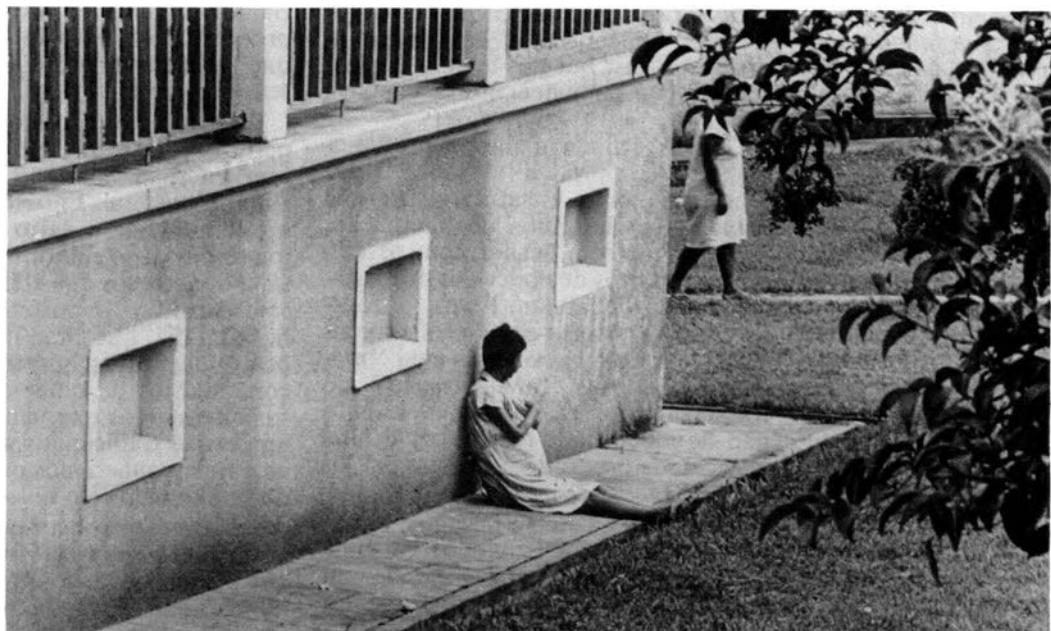
Nesta medida, a loucura se articula de forma íntima com as insatisfações humanas, com as impossibilidades de manutenção da auto-estima, fundamental para a satisfação de qualquer humano. Por isto mesmo, não é uma enfermidade como qualquer outra, mas um destino possível para qualquer sujeito.

Assim, constituir as condições sociais de possibilidade para assegurar a dignidade dos indivíduos, para que possam exercer os seus talentos e se inserirem socialmente para obter o reconhecimento do outro, demanda o respeito à cidadania de qualquer um. Porém, trabalhar nesta direção implica numa multiplicidade de práticas sociais, que ultrapassam em muito as práticas psiquiátricas e psicológicas, demandando melhores condições de existência social para a população brasileira. •

Joel Birman é psicanalista no Rio de Janeiro, doutor em Filosofia pela USP, autor do livro "Psiquiatria com discurso de moralidade".



O drama dos enfermos mentais desafia a consciência nacional



No Juqueri, em São Paulo, um quadro de tristeza e solidão

Hospitais para crônicos. Devem acabar?

(A desinstitucionalização da Assistência Psiquiátrica)

Maurício Lougon e Márcia Schmidt de Andrade

Este artigo tentará abordar a questão da saúde/doença mental, focalizando-a a partir do lugar em que ela mais crucialmente aparece na geografia social: O Hospital-Colônia de Alienados.

Falamos a partir da experiência de trabalhar na Colônia Juliano Moreira (CJM), Jacarepaguá-RJ, um hospício que se tenta transformar batendo-se, entretanto, com contradições que têm origem fora de seus muros, na cidade. A colônia é apenas o ponto final no trajeto destas contradições.

Um tema bastante presente na área de saúde mental, é o da busca de uma forma alternativa de atenção psiquiátrica que substitua o hospital de internação.

A CJM foi fundada em 1920, com a finalidade precípua de ser o lugar de moradia dos desviantes considerados com pouca perspectiva de "cura". O que quer dizer, em outras palavras, que em seus fundamentos básicos está a noção de que aqueles que transgridem as normas do comportamento mais frequente ou "normal", devem ser encerrados para correção de seus desvios e para servir de exemplo educativo para os demais cidadãos, quanto às consequências de fugir às regras.

Um grupo de psiquiatras da "avant-garde" tenta há cinco anos contestar estes fundamentos. Desde 1982, que a CJM não aceita candidatos à internação permanente. Por trás desta barreira está a noção de que as pessoas que sejam acometidas de problemas "mentais" devem ser tratadas em seu próprio meio sócio-familiar ou com internação de muito curta duração. Temos aí a mística da "comunidade". Entretanto, como contar com a comunutas após a modernidade, depois do advento do individualismo moderno, da sociedade industrial?

O lugar do doente mental é a colônia por não existir lugar para ele fora de lá, na "comunidade".

Dois testemunhos empíricos:

1) Da psiquiatra que tenta em vão retornar o interno para sua família, que não o aceita de volta. É o caso do paciente que, embora visitado regularmente há vinte anos por sua família, apenas teve acesso a sua residência quando foi lá conduzido por outro interno, causando perplexidade e mal-estar.

2) Dos próprios internos que preferem a segurança do asilo à incerteza do desabrigado na família ou na "comunidade". É o caso do interno que prefe-re permanecer em seu leito no hospital, embora tenha acesso à família, porque "lá eu tenho que dormir em uma poltrona na sala e tem menos comida".

Seriam eles "psiquiatrizados"? Produto dos "dispositivos institucionais de cronificação"? Talvez. Mas realistas com certeza. Têm sentidos para sentir a rejeição clara que lhes é votada pelos cidadãos, pela "massa média". Menos juízo teremos talvez nós que pretendemos acabar com o lugar dos loucos, a "casa de Orates", sem dispor de recursos alternativos que a substitua.

A CJM, um reduto de indesejáveis, tem dentro de si sub-redutos, lugares para aqueles que nem dentro do hospital são tolerados.

A tentativa de acabar com "serviço fechado" — na prática quando se tentou abrir um Pavilhão 11, do Núcleo Ulisses Viana, o único que permanece fechado na instituição — dentro do melhor espírito libertário da esquerda, frustou-se porque a "comunidade" não aceita conviver com seus desviantes perambulando, despindo-se e dizendo sandices. O nonsense é engraçado enquanto humor; quando levado a sério conduz à internação.

O cidadão pode aceitar, à distância, a tese geral de que os desviantes não devam ser confinados como os criminosos, e que devam ser tratados na "comunidade". Na prática, entretanto, não aceita deparar em sua rua ou vizinhança com alguém que absolutamente não compartilha de seus princípios de razão. Muito menos aceita por exemplo, em seu lar como auxiliar, os serviços de alguém que tem no currículo um estágio no hospício.

Por outro lado, a própria Psicanálise, linha de frente das terapêuticas das doenças mentais, encontra seus limites no hospício e se abstém diante dos psi-

cóticos crônicos, demenciados, oligofrênicos, epilépticos, alcoólatras, e sobretudo, "last but not least", despossuídos, que compõem nossa clientela básica.

Coloca-se ainda a questão profissional ou "corporativa": acabar, neste momento, com a estrutura assistencial baseada em hospitais de internação, significa também acabar com os empregos e postos de poder dos profissionais que lá trabalham. Assim, a transformação proposta pelos profissionais "psi" deve ser vista como uma "modernização" ou "humanização" do tratamento fornecido aos internos, e não de modo mais radical como uma negação da necessidade de "tratar" os desviantes.

Ao apontar, como o fazemos, os impasses e limites defrontados em uma experiência de transformação de um hospício, não é nosso espírito fomentar o desalento e o ceticismo.

Ao contrário, move-nos a noção de que para superar os impasses e obstáculos que entravam o processo de mudança, é preciso primeiro identificá-los com a maior clareza possível.

Assim, percebemos que se metas demasiado ambiciosas são fixadas — como devolver ao convívio social a maioria dos internos do hospício — o resultado pode ser que a frustração e descrença se abatam sobre a equipe, paralisando-a.

Neste sentido, para a grande maioria do contingente de pacientes crônicos, há três ou mais décadas internados, se-

ria talvez mais sensato e verdadeiro propor a humanização do hospital do que seu fechamento e a devolução de seus ocupantes para as ruas.

Com relação às pessoas que sofrem perturbações mentais e ainda não foram internadas, importa conservá-las fora do hospital. Entretanto, para que a "comunidade" deixe de ser apenas um termo vazio e retórico é preciso dotá-la de recursos que efetivamente possam substituir o hospital. Tais como hospital-dia, hospital-noite, pensão-protégida, oficina-protégida, centros comunitários de saúde mental, recursos alternativos que, embora já sejam quase que tradicionais a nível do discurso, desconhecemos onde tenham sido implantados em nosso meio.

Por outro lado, a nível macro, importa não perder de vista a noção de que o contexto sócio-econômico-cultural mais amplo (condições de trabalho, nutrição, lazer, moradia, transporte, educação), guarda íntima relação com a emergência da assim chamada "doença mental".

Finalmente, impõe-se a conclusão de que a mudança mais importante deverá ocorrer fora do hospital: nas mentalidades dos cidadãos, das famílias, que devem abandonar estereótipos e mitos quanto à doença mental e seu tratamento, deixando de conduzir para o hospício seus membros desviantes. •

Maurício Lougon e Márcia Schmidt de Andrade são psiquiatras da Colônia Juliano Moreira (DINSAM-MS, RJ).

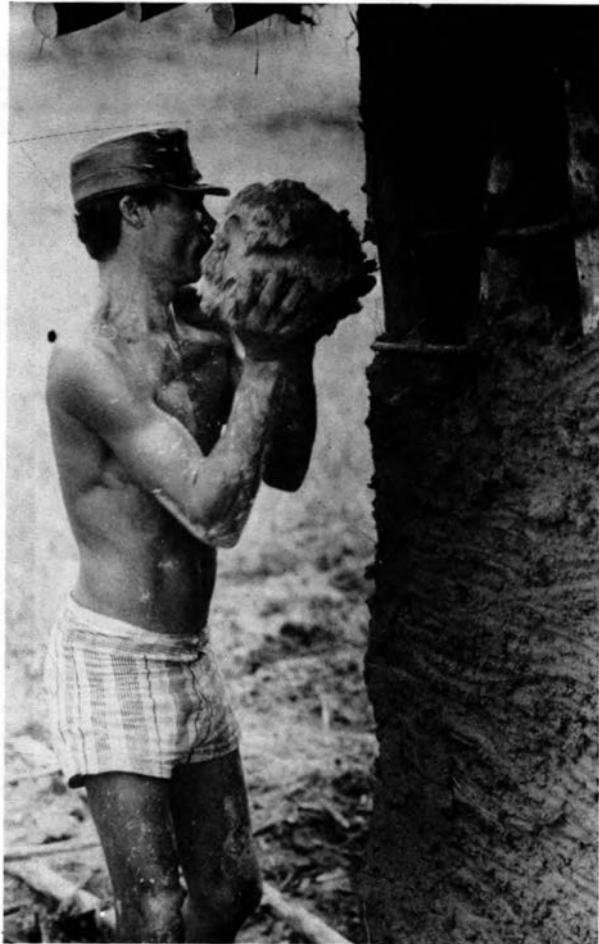
Realidade da doença mental crônica: um imenso desafio



Doença de Chagas e reforma agrária

Zilton Andrade

O Brasil ainda não conseguiu vencer a doença de Chagas



A doença de Chagas é uma doença limitada ao continente americano e se constitui num grande problema de saúde pública para imensas áreas rurais dos países latino-americanos. A doença, que foi descoberta pelo cientista brasileiro Carlos Chagas, em 1909, no estado de Minas Gerais, hoje afeta cerca de seis milhões de brasileiros. Pelos menos 30% destes têm problemas cardíacos e quando o coração começa a falhar a doença não pode nos dias de hoje vir a ser curada. A doença custa muito ao Brasil e ao seu povo. Sem falar nos problemas incomensuráveis para os doentes e seus familiares, os gastos com hospitalização, com cirurgias para o intestino e esôfago (que também podem ser afetados pela doença), com as

implantações de marca-passos cardíacos, com os exames de laboratório para evitar a transmissão pela transfusão de sangue, etc, se constituem numa soma apreciável de recursos.

No entanto, esta doença terrível é perfeitamente evitável. O agente que causa a moléstia é transmitido ao homem por insetos comumente chamados de "barbeiros", os quais têm hábitos peculiares. São insetos hematófagos (precisam do sangue para se desenvolver) que sugam os mamíferos, podendo neste ato tanto transmitirem a infecção, como se tornarem infectados. Estes insetos têm hábitos noturnos e, durante o dia, eles se escondem da luz para saírem na escuridão da noite e picarem os mamíferos durante o sono. Sabemos que estes insetos

têm hábitos silvestres mas, com a destruição das matas, eles encontraram abrigo semelhante ao que possuíam nas tocas dos animais, nas frestas e rachaduras das casas de pau-a-pique (cafuas) e de teto de palha. Estas moradias miseráveis, que se implantam persistentemente como símbolo da miséria do nosso homem rural, muitas vezes estão em áreas ricas, contrastando violentamente com a opulência da terra e dos seus senhores.

Há anos atrás o prof. Samuel Pessoa, um dos mais ilustres parasitologistas que o Brasil já teve, dizia ser a reforma agrária a arma mais efetiva para se combater a doença de Chagas. Ele afirmava, corretamente, que só podia haver endemia chagásica onde o inseto transmissor havia se

domiciliado. A casa miserável, de pau-a-pique é absolutamente indispensável para manter a doença de Chagas como um problema de saúde pública.

Desde que se conheceu a ação favorável dos inseticidas de ação residual, principalmente o BHC, o governo federal vem, ao longo dos anos, utilizando este meio para fazer a profilaxia da doença de Chagas borrifando as cafusas. Os resultados têm sido brilhantes em certas áreas, mas há vários problemas atrelados a esta prática. Os inseticidas são caros, precisam ser importados, os programas precisam ter continuidade, alguns "barbeiros" são resistentes, ou mesmo refratários, aos inseticidas. Por tudo isto, afirmou-se a noção de que a resposta definitiva reside na melhoria da habitação rural.

A Organização Mundial de Saúde já substituiu pequenos ensaios experimentais em zonas rurais da América Latina, os quais provaram, além de qualquer dúvida, a influência benéfica que uma casa de paredes lisas, rebocadas, e teto de telhas, tem contra a colonização dos "barbeiros" e, consequentemente, na prevenção da transmissão da doença de Chagas. Sabe-se que até mesmo estes experimentos tiveram que enfrentar a desconfiança dos latifundiários e alguns não permitiram que as cafusas em sua propriedades, em zonas de alta transmissão da doença de Chagas, fossem substituídas por casas, que aliás eram bem modestas.

A reforma agrária é, hoje, o ponto crucial para que a sociedade brasileira, que tanto desenvolveu o seu parque industrial nos últimos anos, dê agora o salto de qualidade. Ela vai ser a pedra de toque dos nossos próximos debates democráticos, e a sua execução servirá para identificar o governo realmente representativo da maioria do povo brasileiro. A reforma agrária não será uma varinha de condão para resolver de vez todos os nossos problemas. Mas, ela terá reflexos quase imediatos no aumento da produção de alimentos, no combate ao desemprego e à miséria no campo,



Melhorar
a moradia: base
para prevenir
doenças.

na melhoria do mercado interno, e em sustar ou mesmo reverter o êxodo rural. Neste particular devemos notar que a doença de Chagas é contraída na zona rural mas, com o êxodo, vem a se constituir em problemas nas nossas grandes cidades.

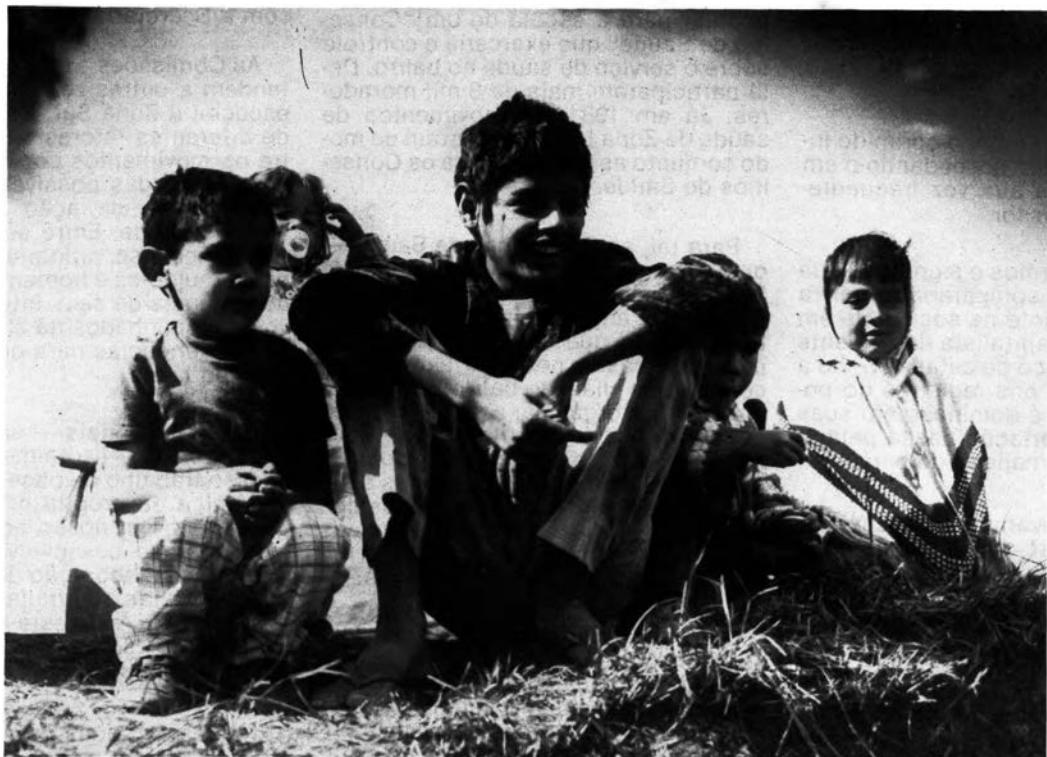
Existe hoje na cidade de São Paulo a maior concentração de chagásticos do país, embora seja o estado de São Paulo o único no Brasil onde a transmissão da doença de Chagas por "barbeiros" foi erradicada.

Na década de 50 o Dr. Mário Pinotti iniciou uma campanha para ensinar ao homem do campo a revestir as suas cafusas com uma argamassa em que entravam o barro e o esterco do boi. A mistura é semelhante àquela que o pássaro joão-de-barro utiliza para fazer o seu ninho e permite um reboco liso, sem frestas. Na sua campanha, no nordeste brasileiro, ele promoveu o reboco de várias

cafusas que logo ficaram livres dos insetos transmissores da doença de Chagas. Um aspecto colateral que ele então verificou foi que vários indivíduos, ao verem as suas casas melhoradas, chegaram a se animar para efetuar outras reformas e alguns puseram cortinas nas janelas e vasos com flores sobre a mesa.

Este fato foi interpretado como o afloramento da alegria e da dignidade latentes em todo o ser humano e que, naqueles indivíduos, estavam reprimidas pela "vida severina" do nosso meio rural. Além da prevenção da doença de Chagas, esta mudança da atitude é precisamente a parte imponderável, mas valiosíssima, que as alterações a serem operadas, através da reforma agrária, virão certamente trazer ao nosso homem do campo. •

Zilton de Andrade é médico sanitário na Bahia, ligado à Organização Mundial da Saúde (OMS).



Educação e saúde completam-se no desenvolvimento integral

Educação e saúde

A quem interessam?

“A necessidade de conservar a vida da espécie humana obriga o homem a produzir sua própria saúde”.

Elza Ferreira Lobo

O homem nasce de um processo biológico, mas a vida desse novo ser depende da sociedade na qual ele vive. Dessa maneira, antes mesmo de ser concebido, o homem está determinado pelas condições em que vivem sua família e sua comunidade. O que o homem será vai depender em grande parte do meio em que vive; é uma dependência ativa, pois o homem se realiza ao transformar para si o seu meio ambiente. Dessa maneira, entendemos que:

- a reprodução de um novo ser significa a continuação da população, da cultura e da história da comunidade.
- o homem, por ser um animal racional, é o único que se reproduz se ele quer; por isso, os homens influem no crescimento, na manutenção e nas mudanças da comunidade.
- se não houver reprodução, não ha-

verá existência e se não houver existência humana, não haverá reprodução; o que indica que a vida do homem e a sua reprodução estão intimamente vinculados.

Ninguém nasce para morrer, todos nascemos para viver; daí a necessidade de lutar para que todos tenham as mesmas condições de vida. Como conseguiremos? Partindo das condições

concretas em que vive a nossa classe dominada.

Os nossos setores populares atuam espontaneamente, mas não possuem uma clara consciência desta ação, deste seu agir.

Segundo Paulo Freire, o oprimido intrajetou o opressor "hospedando-o em si mesmo" e pela sua voz freqüentemente fala o opressor.

Se não analisarmos o significado da sua verbalização, comparando-a com a ideologia dominante na sociedade em que vivemos — capitalista dependente — corremos o risco de estar ouvindo a voz do poderoso nos registros do pobre. O dominado é dominado em suas idéias, e sua libertação passa pela libertação da sua maneira de pensar.

Se nós não o levarmos a passar dessa consciência falsa (que se expressa por uma consciência ingênua) para uma consciência crítica, não chegaremos a nenhum processo educativo, e muito menos à transformação da realidade na qual estamos atuando.

Para demonstrar a importância do acima exposto apresentaremos, rapidamente, alguns dados dos movimentos de saúde da periferia de São Paulo que têm suas raízes longínquas no início dos anos 70: concentram-se e ganham maior dimensão na Zona Leste. Desde 1972, há lutas por serviços de saúde no Jardim Paraguassú. A situação política daqueles anos e a dificuldade de articulação das lutas sociais impedem uma imediata extensão da reivindicação. Em 1975, a ação combinada da população do Jardim Nordeste, com o apoio de médicos e o respaldo da Igreja, leva pouco a pouco à formação de um movimento reivindicatório sólido que se caracterizou no Movimento por Melhores Condições de Vida nos Bairros, reunindo, num primeiro momento seis vilas e depois ampliando-se para outros vinte bairros da mesma zona periférica de São Paulo, a partir do Movimento de Saúde de São Mateus e da União de Bairros.

O Jardim Nordeste, bairro da Zona Leste da Capital, com cerca de 50 mil habitantes, é constituído em grande parte por migrantes nordestinos e, sobretudo, por trabalhadores não qualificados. Em 1977, uma pequena Comissão de Saúde publicou um jornalzinho levantando a reivindicação de um Centro de Saúde no bairro. Um ano depois, foi instalado um posto de saúde, e os moradores fizeram questão de colocar uma placa assinalando que ele tinha sido "uma conquista do povo". Iniciaram uma atividade de fiscalização do funcionamento do posto, contando,

para isso, com o apoio de um grupo de médicos sanitários. Em 1979, a Comissão de Saúde realizou uma eleição popular para a escolha de um "Conselho de Saúde" que exerçeria o controle sobre o serviço de saúde no bairro. De lá participaram mais de 8 mil moradores. Já em 1981, os movimentos de saúde da Zona Leste realizaram de modo conjunto as eleições para os Conselhos de Saúde.

Para tal, as Comissões de Saúde — que fazem parte do Movimento de Saúde de São Mateus e a União de Bairros — elaboraram um caderninho tipo jornal — que foi discutido em reuniões nas casas, nos quarteirões, e no conjunto da vila e do bairro. O objetivo era, além de organizar a população, explicar melhor o significado do movimento de saúde e a maneira como a população indicaria e elegeria os seus representantes para os Conselhos dos Centros de Saúde. Participaram das eleições dos Conselhos quase cem mil pessoas, representando 20 bairros.

Os movimentos sociais existentes, barganhando e às vezes obtendo vantagens, vinculam-se agora também ao município, que passa a ser interlocutor privilegiado. De fato, esses movimentos dependem da capacidade do Estado de satisfazer algumas de suas reivindicações, mas também o Estado, se quer manter algum vínculo com a população mais despossuída e que constitui a grande maioria, deve estar capacitado a conceder algo, a atender algumas das solicitações.

O Encontro de Movimentos e Conselhos da Zona Leste, em março de 1983, unifica as manifestações que até então haviam surgido isoladamente na

região. A partir daí, a relação que se havia estabelecido com a Secretaria do Estado, passa a existir também com a Secretaria do Município.

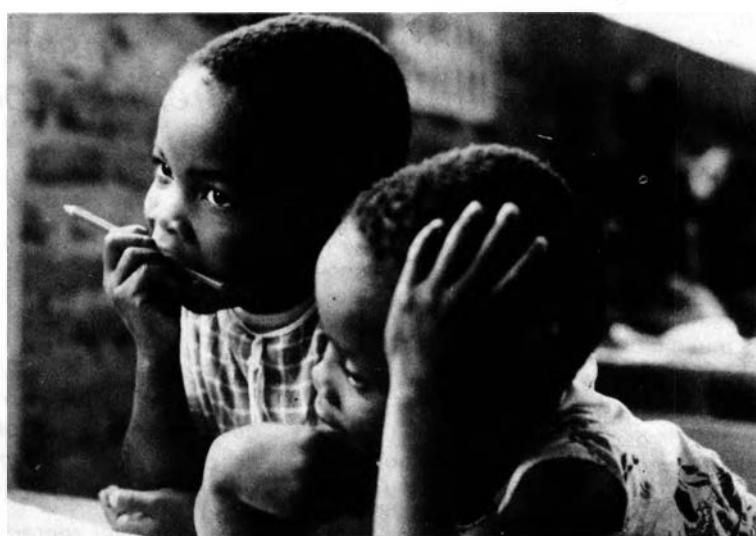
As Comissões e os Conselhos se estendem a outras zonas da cidade, em especial a Zona Sul. Na convergência de diferentes fatores nas relações entre os movimentos sociais e o Estado está a raiz das possíveis explicações da evolução da ação pública nesta área da saúde. Entre seus participantes, observa-se, nitidamente, a presença de mulheres e homens do povo com consciência de seus interesses coletivos e empenhados na elaboração dessas experiências para generalizá-las e aprofundá-las.

Há profissionais — sanitária, educadores, etc. — totalmente dedicados a esse trabalho de base e integrados à dinâmica da própria população. Existem, pois, em nosso entender, condições para o desenvolvimento de um projeto de elaboração da própria prática com vistas à formulação de propostas de ação. Ação esta que constitui a essência mesma de todo processo de educação popular.

Citações extraídas de:
José Renán Esquivel — "Salud Igual Para Todos" — Panamá, 1980 (texto mimeografado)
Paulo Freire — "Pedagogia do Oprimido" — Santiago de Chile, 1969
Aldaiza Spositi — História e Memórias — Publicação do Departamento de Patrimônio Histórico — São Paulo — 1985.

Elza Ferreira Lobo é educadora da PUC — São Paulo.

Desde a infância, devem ser garantidas educação e saúde de forma integrada





Em meio da pobreza, as crianças têm esperança numa vida digna

Saúde e miséria na Baixada Fluminense

Fernando Luiz de Azevedo Rabelo

Era uma vez a Baixada!

A Baixada Fluminense, aqui referida, é formada pelos municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias, do estado do Rio de Janeiro.

A história dessa terra começa a partir da metade do século 16.

Muita água já rolou, de lá para cá, e muita virou mangue, com direito a mosquito e tudo.

Primeiro, local de passagem do ouro e outros metais preciosos das Minas Gerais, depois a fase da criação das estradas de ferro e a extração da madeira para carvão, depois a fase da decadência, e finalmente a fase das grandes migrações, dos laranjais e do desenvolvimento a partir da

construção de rodovias, como é o caso da Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo.

Com uma população em torno de 2,5 milhões de habitantes, numa área de 17 mil km². Até hoje, praticamente, não possui saneamento básico.

Somente 25% da população tem algum sistema correto de eliminação de dejetos, muito embora tentativas de saneamento



O povo
ironiza ação
governamental
contra o dengue

existam desde o final do século passado.

Sua população ocupa a região como local de moradia, mas trabalha fora da Baixada. Por isso é considerada como cidade dormitório.

Oitenta por cento ou mais da população de Duque de Caxias ganha menos do que 2,5 salários-mínimos.

É área de muitos conflitos de terra, fruto, entre outras coisas, da grande migração de regiões como o interior do Rio de Janeiro, Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. A Baixada, ainda hoje, é palco de tiroteios pela posse de seus terrenos, por aqueles que nada têm, a não ser o direito de possuir um pedaço de mundo para plantar e viver, ou simplesmente morar.

Seu sistema de transporte tem nos trens aquilo que há de mais barato. Porém, esses trens e estradas de ferro da região não têm um mínimo de conservação decente.

Falta iluminação elétrica, áreas de lazer para crianças e adultos, e segurança.

Na Baixada, ainda hoje, agem impunemente as quadrilhas dos

conhecidos esquadrões da morte. Seu parque industrial local tem na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) o que há de maior, junto com outras indústrias.

A Reduc é responsável por grande número de pessoas com doenças respiratórias na região de Duque de Caxias, devido a eliminação excessiva de gases de suas instalações.

As escolas públicas, em número

insuficiente, são de má qualidade em sua grande maioria.

O menor abandonado é uma realidade presente, e fonte de mais violência.

A prostituição atinge níveis impressionantes, com números significativos de adolescentes, ou mesmo crianças, atingidas.

Em Duque de Caxias, 38% das jovens de 14 a 18 anos se prostituem.

O ar cheira a corrupção.

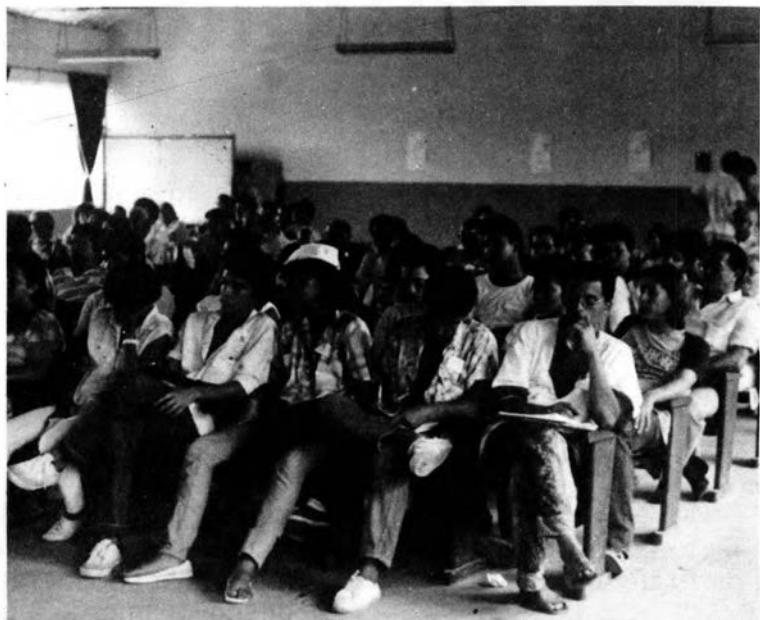
A prática do controle da natalidade existe de maneira aberta, através de organismos travestidos de unidades de atendimento materno-infantil, sem que haja a menor preocupação com a qualidade do atendimento dispensado às mulheres aí assistidas.

Também o aborto acontece a todo o momento, seja em "casa de curiosas", seja em "trambiclinicas" acostumadas a essa prática, mesmo em mulheres após o 3º mês de gravidez, quando o aborto põe em risco a vida da mãe.

O controle sanitário do comércio e da indústria inexiste.

Nas confeitarias, as moscas

O povo se
organiza pelo
direito básico
à saúde



passeiam nas vitrines de pão fresco, nos supermercados os alimentos apodrecem e nas fábricas, não há nenhum controle de qualidade.

Com uma taxa de mortalidade infantil que já chegou a atingir a 155 mortos por 1.000 nascidos vivos, fica muito claro que diante dessa realidade é impossível falar em saúde.

A política de saúde do governo e a política do povo organizado.

Embora vivendo os anos da Nova República, com relação à saúde na Baixada Fluminense, muito pouco mudou no tocante à velha política da Velha República.

O governo fala em "Ações Integradas de Saúde", o que na verdade é uma tentativa de fazer com que todos tenham direito a ser atendidos nos hospitais dos estados e municípios, bem como nos hospitais e postos do Inamps.

Porém, quando a população da Baixada Fluminense vai aos serviços de saúde públicos: não há médicos suficientes, o tratamento dispensado é grosseiro e rápido, faltam medicamentos nas farmácias do governo, não se faz exames necessários, etc...

Como fazer "Ação Integrada", se não há o que integrar.

Só existe um único hospital do Inamps na Baixada Fluminense, o Hospital da Posse, em Nova Iguaçu, e este não tem médicos suficientes.

governo federal, através do Inamps, repassa 80% ou mais de a verba para as clínicas particulares conveniadas com a evidência.

Índice de corrupção destas clínicas chega a mais de 80% das suas atividades.

Afinal, quem é responsável pela epidemia de dengue?



Com a criação dos Conselhos Comunitários de Saúde nos municípios da Baixada Fluminense, muito se tem conseguido no sentido do combate à corrupção do Inamps na área.

Existe o encaminhamento de lutas, a partir do levantamento feito pelo Conselho Comunitário de Saúde de Duque de Caxias, denunciando "maus tratos em mulheres grávidas" e "corrupção" em clínicas conveniadas pelo Inamps.

O Inamps, ao invés de enfrentar essa luta para moralizar esse estado de coisas, encampando essas clínicas corruptas (algumas já sob intervenção), fica polemizando a questão da repentina "epidemia de dengue", ou a "remoção dos médicos da Zona Sul do Rio de Janeiro para o Hospital da Posse em Nova Iguaçu".

A "dengue", doença causada por vírus, da Baixada Fluminense não matou uma só pessoa até agora.

A gastroenterite, ou seja, a diarréia infecciosa é responsável pela morte de 20 crianças por dia, 800 por mês e 7.200 por ano

Baixada, por falta de saneamento básico.

As duas questões têm sido usadas como manchete para promover politicamente os figurões da saúde oficial.

Se houvesse uma legítima preocupação com a dengue, o governo teria decretado "estado de calamidade pública" em todos os municípios afetados pela epidemia e forneceria muito mais recursos para o combate ao mosquito transmissor da doença, a exemplo do que aconteceu recentemente em Cuba e na Nicarágua, quando por ocasião de recentes surtos dessa doença.

Com o dinheiro do Inamps bem empregado, daria para construir dezenas de hospitais e postos de saúde, em toda a Baixada Fluminense, e ainda sobraria para o saneamento básico.

Só em Duque de Caxias, o setor de Ortopedia conveniado com o Inamps faturou em um ano, de modo irregular, o equivalente a Cr\$ 1.6 milhão.

Quantas prefeituras do estado do Rio de Janeiro têm essa dotação orçamentária? ➤



Em pleno
1986, a volta
da febre
amarela

A UDR da saúde!

Todas essas clínicas particulares conveniadas com o Inamps, na Baixada, estão sob o controle de poucas pessoas, formando verdadeiros monopólios da saúde.

Quase não brigam entre si. Seu inimigo maior é o movimento popular pela saúde organizado, principalmente, na forma de Conselhos Comunitários de Saúde (CCS), pela força que vão

tendo, cada vez mais, junto ao povo da região.

Existem conselhos nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

Há uma tendência a unificar as lutas desses três conselhos. Algumas entidades de assessoria ao movimento popular dão assistência a esses conselhos, tais como o Centro Comunitário de Duque de Caxias, ligado à Igreja Metodista, o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas) e outros. Aos monopólios da saúde, interessa o esfacelamento do movimento popular organizado, chegando ao ponto de ameaças de morte a algumas lideranças ligadas ao movimento de saúde. Em Duque de Caxias, o simples fato da mudança do chefe da medicina social do Inamps da área, por pressão do CCS local, foi o suficiente para diminuir em 70%, ou mais, os lucros desses grupos financeiros das clínicas particulares.

A corrupção chega até aos funcionários da rede pública de atendimento em saúde, manipulada pelos donos das clínicas particulares conveniadas pelo Inamps, fazendo do encaminhamento dos pacientes do setor público para o setor privado uma rotina remunerada. Quebram aparelhos dos hospitais públicos (ex.: nebulizadores, aparelhos de eletrocardiografia, etc.) para que estes pacientes, que procuram os hospitais públicos, sejam desviados para as clínicas privadas conveniadas com o Inamps que têm essa aparelhagem.



Rubem Alves



PUBLICAÇÕES DO CEDI

Faça seu pedido
através de cheque
nominal para o CEDI
Av. Higienópolis,
983 - 01238
São Paulo - SP

Pão, Vinho e Amizade (Julio de Santa Ana)	Cz\$ 65,00
Poesia Profecia Magia (Rubem Alves)	Cz\$ 20,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves)	Cz\$ 20,00
Poetas do Araguaia	Cz\$ 20,00
Batismo Eucaristia Ministério	Cz\$ 15,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)	Cz\$ 15,00
Protestantismo e Política	Cz\$ 10,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador	Cz\$ 10,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cz\$ 10,00
Jesus Cristo, a Vida do Mundo	Cz\$ 25,00
De Dentro do Furacão (Richard Shauell)	Cz\$ 30,00



Emitem documentos falsos, alegando atendimentos, para que o Inamps pague por algo que não houve.

Enfim, como foi dito pelas próprias lideranças do movimento, funcionam como uma verdadeira "máfia" da saúde.

Enfim, o que fazer?

O movimento popular pela saúde na Baixada Fluminense tem clareza de que a luta nesta área depende de medidas mais gerais, a nível estadual, municipal e federal.

Primeiramente, um redimensionamento da economia moralizando o setor público, e estatizando através de encampações das clínicas e hospitais privados conveniados com a previdência social, que estejam envolvidas em corrupção na Baixada Fluminense.

Juntando-se a isso: o "não pagamento da dívida externa brasileira", uma reforma tributária decente, uma dotação orçamentária para a saúde não inferior a 15 % do Produto Interno Bruto, tal como na Nicarágua, uma reforma agrária verdadeira e imediata, a

Água estagnada:
cena rotineira
na Baixada



fiscalização dos serviços de saúde com a participação dos trabalhadores, através de seus órgãos de classe, um real reaproveitamento da Central de Medicamentos (Ceme), que permita a essa instância de saúde pesquisar e realmente fabricar a medicação necessária ao tratamento daqueles que

procuram o setor público de atendimento em saúde, uma fiscalização sanitária decente, também, com a participação do povo através de seus conselhos comunitários de saúde, a punição para todos os faltosos e corruptos da saúde do povo, principalmente os de "colarinho branco", uma ampliação do número de serviços de saúde (hospitais e postos), bem como contratação de pessoal para a área de saúde, etc., seriam algumas poucas coisas importantes de serem colocadas em prática, o mais rápido possível, pois caso contrário na Baixada Fluminense, e no Brasil como um todo, a situação tenderá a piorar a ponto de nem mesmo os poderosos estarem imunes às doenças desse nosso sistema capitalista em estado de coma. •



As crianças
se organizam
na luta pela
saúde

Fernando Luiz de Azevedo Rabelo é médico, participante do Centro Comunitário de Duque de Caxias — RJ.

Um exemplo a não ser seguido

Cubatão constitui-se numa das formas mais defeituosas de organização humana do espaço em todo o Terceiro Mundo.

Aziz Ab'Saber

O caso de Cubatão poderá se constituir em um lamentável exemplo de formas defeituosas de organização humana do espaço no Terceiro Mundo. Trata-se de um distrito industrial de crescimento espontâneo, satélite especializado da região industrial de São Paulo, dotado de excelente posição geográfica e péssimas condições de sítio urbano. A excelência da macrolocalização não foi capaz de corrigir os fatores negativos que pesam sobre a microlocalização.

A despeito de se ter transformado, em poucos anos, em um dos mais importantes núcleos industriais brasileiros, Cubatão evidenciou sérios distúrbios de crescimento populacional, a par da degradação ambiental, envolvendo consequências muito graves para a saúde pública.

Situa-se entre o porto principal dos paulistas (Santos) e a metrópole mais importante do país (São Paulo). Beneficia-se de velhas e modernas infra-estruturas regionais acumuladas, de liga-

ção entre o litoral e os planaltos inteiros de São Paulo. Inclui o aproveitamento de um estuário residual transformável em porto privativo das indústrias locais. Entretanto, possui poucos espaços disponíveis nos sopés de uma elevada e maciça escarpa tropical florestada (Serra do Mar).

Indústrias, núcleo urbano de apoio administrativo e comercial, e bairros residenciais operários acomodam-se em estreitas nesgas de terras planas e **pro-parte** submersíveis, entre a base da elevada escarpa e uma extensa e labírinética planície de maré, dominada por mangues.

Certamente, houve um crescimento industrial muito rápido em Cubatão. Entretanto, durante a fase principal de implantação de suas indústrias — realizada em apenas duas décadas — não houve qualquer previsão dos impactos sociais relacionados direta ou indiretamente com a industrialização. Partiu-se, aparentemente, do velho pressuposi-

to de que onde haja mercado de trabalho industrial, em países subdesenvolvidos, para lá se deslocam apreciáveis parcelas de populações carentes à procura de empregos. Mais uma vez, cuidou-se da viabilidade técnica e econômica das empresas, de um modo frio, calculista e incompleto, nada se fazendo para receber e alojar o operariado industrial. Havia a certeza prévia de que a mão-de-obra braçal viria um pouco de toda a parte, para disputar empregos nas diversas unidades industriais da região.

Até certo ponto, não houve muita diferença entre o afluxo de populações carentes para Cubatão e os esquemas tão criticados de formação de núcleos anisilares de mão-de-obra do tipo dos beiradões e beiradinhas do longínquo Jari. A diferença básica a considerar reside no fato de que aqui estamos às portas de uma região social e econômica considerada "desenvolvida" e potencialmente auto-organizadora, enquanto que, no Baixo Jari, estávamos

numa das muitas "margens de humanidade" do país. Lá a mão-de-obra residual se fixou nas beiradas fluviais. Aqui, à míngua de terrenos firmes e saudáveis, apelou-se para os pântanos salinos, sujeitos às flutuações das marés, à população hídrica e à autopolluição ocasionada pela própria pobreza. Era de se esperar que, pelo menos, a capacidade de planejar e de organizar dos paulistas tivesse sido chamada a um trabalho sério para evitar que a organização do espaço chegasse a um nível tão caótico e perigoso para o homem-habitante, como o atingido em Cubatão.

Enquanto se espera que técnicos e administradores mais esclarecidos adquiram mais sensibilidade para os graves problemas das relações entre o Espaço e a Sociedade, tratemos de compreender as condicionantes físicas e ecológicas de um sítio urbano tão vulnerável a uma agressiva poluição industrial.

O núcleo inicial da cidade era um pequeno porto canoero de fundo de estuário que, no passado, facilitava a ligação entre Santos e São Paulo de Piratininga, através de um braço de circulação por águas. Assim, vencia-se a travessia da baixada ocupada por uma complexa e labiríntica planície de maré, extensivamente coberta por mangues e por raros enclaves de matas baias (com figueiras e palmáceas). Por mais de três séculos, o delta intralagunar, entremeado por mangues e gambás, impedia a circulação terrestre e se comportava como espaço ecológico limitante a atividades econômicas produtivas.

As condições climáticas desse fundão da Baixada Santista, criado pela conformação da Serra do Mar e de seus esporões e situado de 15 a 20 quilômetros de distância dos morros e praias da faixa litorânea de Santos — São Vicente e Guarujá, configuraram um clima urbano particularmente agressivo para o habitante e o trabalhador industrial. Em essência, o clima é tropical, quente, chuvoso e úmido, incluindo um aumento ponderável de calor nos setores urbanizados e nos núcleos industriais dotados de grandes áreas construídas,

ou focos de calor direto, como é o caso da refinaria da Petrobrás. O tamponamento parcial das planícies aluviais e dos pântanos salinos, outrora visitados diariamente pelas lâminas de águas das marés, ocasionou a formação de uma célula de calor à altura da parte da cidade mais hermetizada pelas construções urbanas, e células de desigual intensidade, abrangendo o conjunto das grandes industriais do interesse situado entre Cubatão e Piaçaguera e seus arredores.

No verão, o calor existente no núcleo central de Cubatão, pelo excesso de construtivismo, e na área industrial de Cubatão-Piaçaguera por forte liberação de energia, ausência de vegetação intramuros e entre pátios industriais, ocasiona um desconforto térmico similar ao de algumas áreas mais quentes do sertão do Nordeste. Razão pela qual, de passagem, pode-se explicar a

A poluição em Cubatão gera graves consequências para a saúde pública

adaptação relativa do homem proveniente do Nordeste às duras condições do clima de Cubatão.

A existência de células de calor extremado acima do sítio urbano-industrial de Cubatão e a falta de movimento do ar a nível de superfície, criam um bolão de ar quente na base da coluna atmosférica, sujeito a movimentos locais de convecção e a inversões térmicas sufocantes por ocasião da variações diárias e estacionais das temperaturas. Nesse perigoso esquema de movimentos locais do ar, torna-se constante a redistribuição da poluição de gases e particulados em uma área muito maior do que a dos focos emissores de poluição aérea propriamente ditos. Os fracos ventos provenientes do mar, que sopram do leste, do sudoeste e sobretudo do sul, na direção de Cubatão-Piaçaguera, têm um papel constante no desvio parcial do ar estagnado e envenenado que recobre Cubatão para o lado da Serra de Paranapiacaba. Não

podendo atravessar a Serra do Mar, ao atingir esse fundão da Baixada, os ventos atlânticos empurram o ar quente e contaminado para as encostas da Serra, onde uma tendência ascensional da massa de ar quente, frente à barreira topográfica da Serra, cria um efeito de chuvas ditas orográficas, particularmente importante em serranias tropicais, como é o caso de nossa Serra do Mar.

A consequência disso tudo é que o forte volume de particulados e de gases, elevados pelo ar quente e posteriormente despejados pelas chuvas orográficas, afeta profundamente a cobertura vegetal das encostas e altos da Serra de Paranapiacaba, tendo sido responsável, em certas fases de envenenamento do ar, pelo generalizado fenecimento da vegetação arbórea existente desde a base ao topo e até um pouco além da cimeira da Serra de Paranapiacaba, somando parcialmente a poluição da Baixada com a provocada pelos próprios focos planálticos de poluição.

Não existisse essa tendência generalizada para desviar parcialmente o bolo da poluição aérea de Cubatão para as encostas e os altos de Paranapiacaba, os efeitos da poluição para a saúde pública do homem-habitante de Cubatão seriam muito mais danosos e irreversíveis, a nosso ver. A capacidade da vegetação para resistir à poluição é geralmente mais forte que a dos homens e animais. Em Paranapiacaba, tanto no setor atlântico como no setor dos "altos" da Serra, nem mesmo a vegetação tropical, densa e exuberante, conseguiu resistir aos efeitos das substâncias químicas e dos particulados lançados ao espaço aéreo regional pelas indústrias de Cubatão. O que teria acontecido, e em que dimensões, se os gases e particulados emitidos pelas indústrias tivessem sido jogados diretamente sobre a população residencial de Cubatão, é um fato que escapa à nossa capacidade de avaliação. •

Aziz Ab'Saber é professor do Instituto de Geografia da USP (Universidade de São Paulo) e um dos principais geógrafos brasileiros. Este artigo foi originalmente publicado na revista "Ciência Hoje", da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).



Vida plena: compromisso cristão pela saúde

A Igreja e a questão da saúde

Lúcia Ribeiro

A questão da saúde sempre ocupou um lugar especial no âmbito da Igreja. Esta preocupação remonta às próprias origens e encontra fundamento no exemplo do seu fundador.

"Jesus Cristo, que veio para nos livrar da morte, se compadece dos doentes (Mt 20,34) restituindo-lhes a saúde (Mt 9,28-30; Mc 5,25-34; 9,23-72). Curando os enfermos, Ele ensina com os fatos a bondade. (...) E ressuscitando dos mortos, o Libertador nos garante uma vida plena, da qual a saúde é o sinal. Por isso manda seus discípulos se preocuparem com os doentes" (Campanha da Fraternidade — 81 — CNBB).

Ao longo dos séculos, isto vem se realizando sob múltiplas formas, segundo

a época e o lugar, abrangendo desde as curas milagrosas — que marcaram os tempos apostólicos, até a organização de hospitais ou a fundação de ordens religiosas especificamente voltadas para o problema da saúde.

Dentro desta sociedade, é possível distinguir três momentos, que marcam a orientação da Igreja:

- a luta contra a doença;
- a promoção da saúde;
- a resposta aos novos desafios.

Cada um deles pode ser considerado característico e/ou predominante em determinados períodos; entretanto, no atual contexto brasileiro, os três momentos pareceriam coexistir, configurando um quadro complexo e, não raro, contraditório.

Ao estabelecer a distinção, numa perspectiva analítica, pretende-se apenas iluminar sua compreensão e entender melhor como a Igreja se situa, hoje, com respeito à questão da saúde.

A luta contra a doença

Esta é a linha fundamental que a Igreja sempre assumiu, no que se refere à saúde, como uma decorrência natural do mandamento do amor. "Esse amor impele os cristãos a lutarem contra o sofrimento e a dor do irmão e a se empenharem na organização de uma sociedade humana capaz de levar todos à plenitude da vida" (Campanha da Fraternidade — 81 — CNBB).

Neste âmbito, a Igreja cumpriu, ao mesmo tempo, uma função socialmente relevante — e mesmo insubstituível — numa época em que a organização social do país não se encontrava ainda suficientemente estruturada para realizá-la, especialmente com relação aos setores mais carentes.

Pouco a pouco, entretanto, vai-se descobrindo o papel do Estado, nesta área; cabe a ele a responsabilidade de assegurar à população condições básicas de saúde e de assistência médica; o lema da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em março de 86: "Saúde, direito de todos, dever do Estado", sintetiza perfeitamente esta idéia.

Na medida em que esta se afirma, vai se fazendo clara, também, na Igreja, a consciência de que ela cumpre aqui, na realidade, uma função supletiva (1). Isto não significa, entretanto, que sua atuação seja dispensável, a curto prazo; ao contrário, em muitíssimos casos, a Igreja continua sendo chamada a intervir diretamente e a prestar sua colaboração, numa área em que as carências ainda são enormes.

Com efeito, embora os serviços de saúde no Brasil tenham se expandido sensivelmente, nos últimos anos, as necessidades reais da população, no campo da saúde, ainda não foram satisfeitas; por um lado, a expansão está longe de traduzir-se numa total cobertura; por outro, é evidente a própria diferenciação da prática médica, em relação às diversas classes sociais: a medicina mais sofisticada e moderna coexiste com um atendimento de qualidade extremamente deficiente e precária.

Frente a este quadro, a Igreja continua a ter um espaço aberto: "A realidade da doença está aí: há que dar atenção ao doente". Como afirmou o responsável pela Pastoral da Saúde da Arquidiocese de São Paulo em entrevista em março de 82.

Isto vem se fazendo seja pela prestação de serviços médicos de forma mais permanente, através de instituições diversas, desde hospitais até os inúmeros ambulatórios e postos de saúde; ou seja através de ações de saúde diferenciadas, respondendo às necessidades mais urgentes; é o que afirma o documento de Goiás: "o que se verifica, na prática, é que o agente de Igreja, comprometido com a Pastoral, se vê obrigado a responder com ati-

tudes prontas e imediatas diante de situações de emergência vividas pelo povo. É o feijão com arroz da sua prática".

É claro que a Igreja não pode se omitir, nesta área. Mas não há que esquecer que o risco do assistencialismo está sempre presente. Às vezes, chega até a ser admitido explicitamente; o mais freqüente, porém, é que se insinue sub-repticiamente, face à urgência das necessidades, contrastando com o ritmo mais lento de um trabalho de conscientização e de organização popular. Apesar disto, a importância deste último vem se afirmado crescentemente no processo de promoção da saúde; este configura o segundo momento, que se analisa a seguir.

A promoção da saúde

Pouco a pouco, vai se delineando, para a Igreja, uma nova função, a de promover a saúde. Descobre-se que não basta curar as doenças — mesmo que esta continue sendo uma função indispensável — mas é preciso ir mais além, às próprias causas da doença, para preveni-la e poder chegar então a promover, realmente, a saúde.

Estas idéias vão se concretizando, sobretudo, nos movimentos populares que se formam na Igreja, a partir do final da década de 60. Com a emergência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua preocupação específica com os problemas concretos, a questão da saúde começa a se colocar em novos moldes. Surgem "grupos de saúde", ligados às CEBs, preocupados com esta problemática. E as novas orientações vão transformando a "Pastoral dos Enfermos" em "Pastoral da Saúde". Esta linha encontra seu ponto alto na Campanha da Fraternidade de 1981, cujo tema foi "Saúde para todos". Aí, a saúde é vista como um dom de Deus e um direito de todos: "cristãos que somos, uma de nossas grandes preocupações será tudo fazer para que haja saúde para todos" (Campanha da Fraternidade — 81 — CNBB).

Isto significa todo um processo, "exigindo de cada um e da comunidade um esforço de conscientização e ação". Este processo se dá, na vivência das comunidades, através de sua metodologia, que inclui três etapas — ainda que nem sempre sistematicamente or-

ganizadas: diagnóstico, avaliação e ação⁽²⁾.

Diagnóstico — O ponto de partida é sempre a realidade concreta, através dos problemas vividos por cada um e expressos a seu modo. Embora centrando-se nos problemas de saúde e nos serviços sanitários, o diagnóstico não se reduz nunca a esta problemática, mas, ao contrário, a vê integrada no contexto das condições de vida do povo: alimentação, moradia, saneamento básico, transporte, condições de trabalho, salário, educação. Identificando os como fatores responsáveis por grande parte dos problemas de saúde, esta análise permite descobrir as causas sociais da doença. O documento — base da Campanha da Fraternidade sistematiza este ponto, ao distinguir, em primeiro lugar, causas político-econômicas e, decorrentes delas, também as causas sócio-culturais e ecológicas.

Avaliação — A análise da realidade e de suas causas, pela sua própria natureza, leva imediatamente a reconhecê-la como uma "situação de exploração e de injustiça", na qual o direito à saúde é negado.

A afirmação da saúde como um direito fundamental, inerente a qualquer pessoa humana, é o critério básico para julgar esta realidade. Mas, ao mesmo tempo, se explicita também a dimensão cristã: o valor da vida enquanto dom de Deus. "Cristo não veio apenas salvar a alma. Veio salvar o homem todo e toda a humanidade como um corpo único. Salvar significa dar saúde, dar mais vida, em todas as dimensões. (...) A Vontade de Deus é a Vida e a saúde plena do homem todo e de todos os homens" (Campanha da Fraternidade — 81 — CNBB).

E por isso a idéia de **solidariedade** e de **fraternidade** — valor tradicionalmente cristão — é também enfatizada, levando a avaliar as situações de injustiça e desigualdade como profundamente anticristãs. Neste sentido, a dimensão religiosa não só dá elementos para julgar a realidade, como também impõe a ação para transformá-la.

Ação — "A luta por melhores condições de vida e de saúde do povo é uma ordem de Deus a todos nós".

Aqui, o que se coloca como prioridade é a necessidade da união e da organização popular. É preciso "lutar juntos para criar um mundo mais justo e mais humano". A luta por melhores condições de saúde se inscreve dentro deste

projeto global e, na difícil articulação entre os projetos de curto e longo prazo, o movimento popular vai construindo um caminho. As ações podem ser de vários tipos, e a opção por realizar uma ou outra se dá em função das necessidades reais das diversas comunidades.

Uma nova consciência em relação à questão da saúde vai se conformando, dentro da Igreja. Isto não significa, de maneira alguma, que seja exclusiva ou original: ao contrário, suas raízes se encontram numa série de contribuições, que vão desde os movimentos de profissionais da saúde e de organismos internacionais — especialmente a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), até a influência de correntes políticas e ideológicas.

Mas a riqueza dos movimentos de saúde foi ter conseguido articular estes diversos aspectos com as necessidades reais sentidas e expressas pelo povo. Na vivência deste processo, vão surgindo elementos inovadores, que indicam pistas a serem aprofundadas; entre elas, três merecem destaque: a utilização de um conceito global de saúde, a exigência da participação popular e a construção de um saber próprio.

Conceito global de saúde

"Saúde é muito mais do que ter ou não ter doenças. Saúde é ter uma vida digna, com condições de poder sobreviver sem se humilhar e sem se matar de trabalhar. Saúde é viver em um ambiente de paz".⁽³⁾

Este conceito global de saúde amplia os horizontes: partindo de um diagnóstico que articula dimensões diversas, chega-se a um nível de atuação que também as inclui: lutar pela saúde passa a ser também lutar pela casa, lutar pela terra, lutar por água e esgoto, ou, num sentido mais geral, lutar pelos próprios direitos.

Esta perspectiva mais ampla aparece nas múltiplas publicações dos movimentos de base, cujos conteúdos se referem sobretudo às condições de nutrição, de saneamento básico, de moradia e de condições de trabalho, além da questão básica das doenças mais comuns, da assistência médica, dos medicamentos, da saúde da mulher e do planejamento familiar e da saúde mental. Por outro lado, este conceito de saúde permite também perceber-la numa perspectiva coletiva e não como um mero problema individual, tanto a nível de causas como de soluções.

"A falta de saúde do trabalhador — ou

Nas Igrejas, amplia-se o debate sobre saúde



essa situação de doença — é causada pela exploração a que ele é submetido. E ele não tá sendo pisado sozinho, não! É toda a classe trabalhadora que tá sendo pisada. Portanto, essa doença do povo não é problema de cada um. É um problema da classe dos trabalhadores", afirma uma pesquisa feita com a participação do próprio povo.⁽⁴⁾

Participação popular

A percepção do caráter social da saúde traz consigo a exigência da participação de todos: "a saúde, assim como a liberdade e a justiça, tem que ser conquistada. Nada podemos esperar dos poderosos. A solução tem que vir de nós, que somos povo. Da nossa união na luta por melhores condições de vida".⁽⁵⁾

A exigência de assumir-se como sujeito e falar na primeira pessoa se impõe. E se esta perspectiva não é, de maneira alguma, característica exclusiva ou original dos movimentos ligados à Igreja, ela certamente vem encontrando neste espaço um estímulo, na medida em que é reforçada pela dimensão comunitária e não-autoritária que define as CEBs.

Esta percepção da participação como valor se origina e ao mesmo tempo se expressa na própria prática dos movimentos: se dá em todo o processo de conscientização, incluindo tanto o diagnóstico e a avaliação da realidade, quanto a realização de ações concretas, seja de tipo reivindicativo ou de realizações locais; e pode chegar até a participação nas decisões e na gestão dos serviços de saúde.

Naturalmente, aqui também as formas são múltiplas, dependendo das conjunturas locais.

Construção de um saber próprio

Promover a saúde a partir da necessidade dos setores populares implica fundamentalmente num processo de conscientização e de educação para a saúde. Isto significa, num primeiro momento, "passar o saber médico às classes populares", na forma sintética de um agente. Trata-se de transferir para o povo toda uma bagagem de conhecimentos, informações e instrumentos de análise, seja a nível da problemática mais ampla das dimensões sociais da saúde, seja a nível de conhecimentos técnicos específicos (higiene, primeiros socorros, atenção materno-infantil, doenças mais comuns).

Mas talvez o aspecto mais inovador se encontre justamente no fluxo inverso, ou seja, na recuperação e na valorização do saber popular, em relação a práticas alternativas de saúde. Segundo um profissional da saúde, "são coisas que a gente não aprende na universidade e que são freqüentemente negadas, consideradas magia e superstição. O uso destes métodos tem sido eficaz, e por isso tem sido estimulado".⁽⁶⁾

Isto se dá principalmente no aproveitamento de plantas medicinais e na utilização de certas técnicas empíricas já utilizadas pelo povo (especialmente a experiência das parteiras práticas).

Esta recuperação não significa, entretanto, um uso simplista de todo e qualquer elemento da sabedoria popular, aqui se impõe um processo de avalia-

ção crítica que, embora nem sempre se realize de forma orgânica, vai se dando através de várias experiências. Estes elementos inovadores na linha da promoção da saúde vão configurando uma nova consciência e abrindo pistas alternativas à problemática da saúde.

Os novos desafios

Hoje, entretanto, a Igreja enfrenta novos desafios, no que se refere à questão da saúde.

Com o processo de redemocratização a sociedade civil começa a se reorganizar e uma série de movimentos e associações assume uma importância renovada. A Igreja deixa de ser um dos raros espaços que se mantinha aberto, durante o período da ditadura militar, para confrontar-se hoje com uma série de alternativas que surgem.

Ao mesmo tempo, vem ocorrendo também um processo de secularização: muitos movimentos populares de saúde, que tiveram sua origem junto à Igreja, hoje se autonomizaram. O próprio Enemec (Encontros Nacionais de Medicina Comunitária) é um exemplo disto: tendo surgido à sombra do IPPH de Lins, hoje, transformado em Movimento Popular de Saúde, é totalmente autônomo.

Junto a estes movimentos específicos da área, outras organizações também intervêm no campo da saúde: movimentos de mulheres, associações de bairro, sindicatos, etc...

O diálogo se amplia, com novos interlocutores. E, por outro lado, os cristãos encontram toda uma gama de alterna-

tivas na qual se engajar, fora dos movimentos de Igreja. Como situar-se neste novo contexto?

Por outro lado, muda também a relação com o Estado. Neste âmbito, alguns espaços começam a se abrir, embora a expectativa de mudanças tenha sido muito maior do que as possibilidades reais que a chamada "Nova" República, com suas múltiplas limitações, vem oferecendo.

Entretanto, neste período de transição democrática, alguns fatos merecem destaque: pela primeira vez, a sociedade civil organizada participou das Conferências Estaduais e da 7ª Conferência Nacional de Saúde, com o objetivo de debater as políticas de saúde. A nível local, várias prefeituras vêm organizando ações comunitárias, entre as quais as referentes à área da saúde se apresentam como uma prioridade. A possibilidade de participar localmente da gestão de postos de saúde, através dos conselhos comunitários de saúde, é outra experiência que vem se multiplicando, a partir do exemplo pioneiro de Jardim Nordeste, na periferia de São Paulo⁽⁷⁾. E, finalmente, a etapa que se inicia agora, com a perspectiva de elaboração de uma nova Constituição, abre um espaço de debate popular, que vai se ampliando por todo o país.

Dentro deste contexto, novos problemas se colocam: a perspectiva da Reforma Sanitária leva a repensar toda a questão das políticas de Saúde e da responsabilidade do Estado, por um lado e, por outro, da participação comunitária.

Ao mesmo tempo, alguns temas específicos adquirem novo relevo: a saúde da mulher e a gestão do próprio corpo;

o planejamento familiar e, junto, a polêmica questão da descriminalização do aborto; a saúde do trabalhador, no contexto das condições de trabalho. E aqui se coloca ainda, para a Igreja, um questionamento de outra ordem.

Vive-se hoje — provavelmente como um dos sinais de que o fim do milênio se aproxima — um fenômeno que alguns denominam "retorno do Sagrado", exprimindo-se sobretudo "em formas vigorosas de pensamento utópico e caracterizando-se como desconfiança e fuga diante da razão científica e da ordem instituída", na expressão de Lima Vaz⁽⁸⁾. É um "revival" que inclui não apenas as grandes Igrejas institucionais, mas que assume também outras expressões, desde as religiões afro-brasileiras até a recuperação das tradições ameríndias — o santo Jaime do Amazonas — passando pelos pentecostalismos e carismáticos e as experiências religiosas orientais⁽⁹⁾. Por outro lado, há ainda todo um campo indefinido de forças e energias, que atuam independentemente de um sistema religioso organizado e que se prendem nas fronteiras insondáveis do mistério e da magia.

Na maior parte destas experiências, embora de formas muito diferenciadas, a questão da saúde se coloca como central: a função terapêutica é vista como intimamente ligada a esta dimensão transcendental, e os processos de cura se dão como uma consequência imediata da fé, ou como um rito que supera os mecanismos racionais.

Todas estas experiências, vividas num clima de misticismo e de fervor — mas onde também pode insinuar-se o risco de charlatanismo — contrastam com

Ter saúde
é também ter
condições dignas
de trabalho



uma certa "secularização" de grupos significativos dentro da Igreja Católica, nesta área específica: como vimos, aqui a questão é tratada seja numa perspectiva de cuidado aos doentes, seja de promoção da saúde, a partir de métodos naturais, baseados normalmente numa racionalidade científica (Medicina, Ciências Sociais, Pedagogia); a dimensão religiosa aparece sobretudo como motivação, numa linha de respeito à dignidade dos filhos de Deus, de luta pela justiça e pela liberação ou de concretização da fraternidade, da solidariedade e do amor. Pareceria, entretanto, que — à parte alguns casos excepcionais, vistos não raramente com um certo descrédito de suspeição — vem se perdendo a perspectiva da cura pela fé.

O documento-base da Campanha da Fraternidade afirma que: "uma das manifestações do amor fraterno é o dom de curar os doentes: um dos inúmeros carismas com que o Espírito Santo enriquece a sua Igreja, para benefício de todos. A força do Cristo Ressuscitado — sobretudo mediante a unção dos enfermos — continua operando curas". Entretanto, ao lado deste reconhecimento, o mesmo documento alerta para possíveis riscos, e chega inclusive a mencionar uma condenação afirmando, em continuação: "no entanto, ao condenar às garantias e promessas de

Como diz Tião, de Itapirapuã:

“

Com isto tudo que vimos nasce em nós uma esperança que essa luta pela saúde ajuda numa mudança. Se a gente luta com fé, o objetivo, lá mais adiante, nos alcança

”

'cura divina' — com que se pretende forçar a intervenção de Deus — a Igreja anuncia que doença e morte não são obstáculos insuperáveis à concretização do grande projeto de Deus".

Certamente, o problema é complexo e não se pretende, de maneira alguma, solucioná-lo aqui. Fica apenas a interpelação: no momento em que a relação direta entre a fé e a cura é retomada com tanta força, por pessoas e grupos fora da Igreja, qual é a resposta dos cristãos?

A Igreja é chamada a viver este momento de desafios. Mas, muitas vezes, no país contraditório em que nos encontramos, ela teve que vivê-lo simultaneamente aos dois anteriores: a promoção da saúde, feita através do trabalho de base, do lento e laborioso processo de conscientização, das peque-

nas ações locais, é, sem dúvida, uma exigência permanente; mas junto com ela a angustiante situação de doença e de miséria que vive o povo pode exigir também a assistência imediata, seja ainda sob a forma de beneficência ou não.

Certamente, as experiências que a Igreja vem realizando junto aos setores populares, na área da saúde, abrem muitas pistas de reflexão e de ação. Estas pistas precisam ser aprofundadas neste novo contexto, enfrentando os desafios que surgem. E, provavelmente, será ainda o compromisso com o povo e a abertura ao alternativo que ajudarão a desvendar os caminhos. •

Lúcia Ribeiro é socióloga, com trabalhos na área de saúde.

NOTAS

(1) É exatamente o que afirma o documento elaborado pelo grupo de saúde de Goiás: "No caso da Igreja, as Ações de Saúde por ela exercidas o são de forma supletiva e vão preencher a lacuna aberta por omissão do poder público, a quem cabe garantir ao povo o direito à saúde". — Ver "A Saúde é uma ferramenta". Diocese de Goiás — Mimeo — Abril — 1980.

(2) Esta metodologia é analisada com mais detalhe no artigo "Movimento popular e saúde: a participação da Igreja" — L. Ribeiro, Revista Vozes — Vol. 78 — junho/julho — 1984 — N° 5 — Petrópolis.

(3) "Povo conquistarão saúde" — Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), São Paulo, 1981.

(4) "O Meio-Grito" — Pesquisa sobre condições de saúde — in "Pesquisa Participante", org. Carlos Brandão — Brasiliense — São Paulo, 1981 — Pg. 141.

(5) Boletim da Região Episcopal de Osasco — "Ele vem para que todos tenha vida". São Paulo, 1981.

(6) Jorge Moreira Rocha — "Algumas notas sobre a experiência de um pro-

grama de saúde comunitário," in "Cahiers do CEDI" — n° 2 — Tempo e Presença — Rio de Janeiro, 1980.

(7) Ver, de L. Ribeiro — "Conselhos Comunitários de Saúde — uma experiência pioneira". Mimeo — Rio, 1985.

(8) Henrique C. Lima Vaz — "Fim de milênio" em "Síntese Política Econômica Social" — n° 37, Vol. XIV — maio/agosto de 1986.

(9) Ver, a respeito, o artigo de Luiz Alberto J. de Souza, "Secularização em declínio e potencialidade transformadora do Sagrado", em "Síntese", op. cit.

A ação profética de Jesus e a saúde do povo

Carlos Mesters

Os vários aspectos da visão da saúde e da doença já encontrados no Antigo Testamento continuam os mesmos no Novo Testamento:

- Existe a opinião comum do povo de que as doenças são causadas por maus espíritos ou demônios (Mc 1,23; Lc 13,1 1,16; Mt 9,32; 12,22; 17,14-18).
- A doença, além disso, é vista e interpretada como castigo de Deus pelos pecados (João 9,2).
- O povo procura o profeta Jesus (Lc 7,16; Mt 21,11) para ele curar os doentes (Mc 1,32).
- A busca da cura muitas vezes é feita de forma mágica: "Basta eu tocar no vestido para poder ser curada!" (Mc 5,28).
- O médico é visto com pouca simpatia (Lc 4,23; Mc 5,26).

Mas o que muda substancialmente com relação ao Antigo Testamento é a presença maciça e constante dos doentes na vida e na atividade de Jesus. De repente, assim parece, os doentes, esquecidos e marginalizados até aquele momento, são trazidos à luz do dia pela atividade profética de Jesus.

O que muda ainda é o lugar em que os doentes ocupam na atividade de Jesus. Eles ocupam o mesmo lugar que os "órfãos", as "viúvas", os "pobres" e os "estrangeiros" ocupavam na ação dos profetas do Antigo Testamento. Os doentes são os "cacos da humanidade". Eles revelam a Jesus que o "vidro da aliança" está quebrado. Por isso, junto com os outros marginalizados, os doentes estão no centro da atividade e da missão tanto de Jesus (Mt 8,16-17; Lc 4,18; Mc 1,32-34) como dos apóstolos (Mt 10,1,8; Lc 9,1).

Vamos descrever a ação de Jesus para com os doentes seguindo os três caminhos da atividade profética: 1) O caminho da justiça que visa a mudança de estruturas; 2) O caminho da solidariedade que visa a conversão da comunidade; 3) O caminho da misericórdia que visa a renovação da consciência.

O caminho da justiça

"Se não mudarem de vida, vocês todos vão perecer do mesmo modo!" (Lc 13,3)

Várias vezes, Jesus é confrontado com a mentalidade de que a doença é um castigo de Deus pelo pecado: "Quem pecou, ele ou seus pais, para que nascesse cego?" (João 9,2). Jesus não nega a ligação entre doença

e pecado, mas não repete sem mais a doutrina antiga. De um lado, ele diz: "Nem ele nem seus pais pecaram!" (João 9,3). Não é por motivo de culpa pessoal que o homem nasceu cego. Por outro lado, ele diz ao paralítico antes de curá-lo: "Teus pecados estão perdoados" (Mt 9,2). E ao outro paralítico, também curado por Jesus na piscina de Betesda, ele diz: "Agora você está curado! Não peque mais, senão vai acontecer coisa pior para você" (João 5,14). Com outras palavras, Jesus alarga a doutrina antiga e mostra que a ligação entre doença e pecado existe não em nível de pessoas mas em nível de estrutura e de sistema. Vejamos alguns fatos que esclarecem melhor este ponto.

1) O Sábado

Um homem de mão seca se apresenta para ser curado. Era dia de sábado. Os fariseus observam para ver se Jesus transgride a lei que proibia curar em dia de sábado (Mc 3,1-2). Jesus pergunta: "É permitido, no dia de sábado, fazer o bem ou fazer o mal? Salvar uma vida ou matar?" (Mc 3,4). Pela sua pergunta, Jesus explica a intenção da lei do sábado: fazer o bem ou salvar uma vida é o mesmo que curar em dia de sábado; fazer o mal ou matar é o mesmo que não curar. Para Jesus, a lei do sábado que proibia a cura era a causa do mal e da morte do povo! Foi a acusação mais forte que Jesus fez contra a lei do sábado. A decisão dos fa-

riseus e dos herodianos de matar Jesus (Mc 3,6) confirmou plenamente a denúncia de Jesus. Se havia falta de saúde no povo, isto era devido, em parte, à lei do sábado que fazia parte de um sistema de morte.

2) As lideranças

"Ao ver a multidão, Jesus teve compaixão dela, porque estava cansada e abatida como ovelhas sem pastor" (Mt 9,36). Jesus atribui o cansaço e abatimento do povo à falta de uma boa liderança. Havia muitas lideranças no tempo de Jesus: fariseus, saduceus, anciões, sacerdotes, escribas, essênios, herodianos, zelotes. No entanto, apesar de tantos líderes, o povo estava cansado e abatido como ovelhas sem pastor. Eram falsas lideranças que faziam o povo sofrer. Por isso, Jesus pede para rezar a Deus para que envie operários para a messe, isto é, para que apareçam boas lideranças (Mt 9,37-38). Ele mesmo andava por todo canto e acolhia o povo. O seu modo de agir era uma crítica com relação às lideranças existentes. O povo percebeu e disse: "Ele não é como os escribas! Ele ensina com autoridade!" (Mc 1,22).

3) Ensino religioso

Uma das causas do cansaço e do abatimento do povo era a religião de maneira como esta era ensinada pelos escribas e fariseus. "Eles amarram fardos pesados e os põem nos ombros dos homens" (Mt 23,4). Deste



modo, eles bloqueavam a entrada do povo para o Reino do céu (Mt 23,13). Jesus disse ao povo: "Vinde a mim vocês todos que estão cansados sob o peso do fardo, e eu lhes darei descanso!" (Mt 11,28). O povo percebeu a diferença entre o ensinamento de Jesus e dos fariseus: "Que é isto? Um novo ensinamento dado com autoridade!" (Mc 1,27). Tirar a causa do cansaço e do abatimento do povo é uma forma de tratar da saúde pública!

4) A lei da pureza legal

No centro de todos os ensinamentos religiosos dos escribas estava a lei da pureza legal. A pureza, em vez de ser uma atitude interior de liberdade, passou a ser uma atitude exterior de observâncias rituais que infernizavam a vida do povo, levando-o a coar mosquitos e engulir camelos (Mt 23,24), a pagar o dízimo das mínimas coisas e esquecer a justiça, a misericórdia e a fidelidade (Mt 23,23), a marginalizar os leprosos do convívio humano (Luc 17,12). Na sua origem, a lei da pureza era uma lei de saúde pública. Na realidade, porém, ela impedia a saúde do povo. Jesus critica duramente a maneira como os escribas interpretavam a lei da pureza (Mt 23,1,32) e diz que a verdadeira pureza frente a Deus vem de dentro (Mc 7,14-23). Recoloca, assim, nos seus justos termos o relacionamento entre Deus e o povo.

5) Os desastres e a repressão política

Pilatos matou um grupo de galileus e misturou o sangue deles com o sangue dos sacrifici-

cios (Lc 13,1). A torre de Siloé desabou e matou dezoito pessoas (Lc 13,4). O povo discutia estes fatos, e alguns viam aí um castigo pelos pecados. Jesus entrou na discussão e deu a sua opinião: "Vocês acham que a culpa deles foi maior do que a dos outros?

Eu digo que não. Mas se vocês não se converterem, vão perecer todos do mesmo modo." (Lc 13,5,5). De um lado, Jesus não permite que a ligação entre pecado e doença (sofrimento, desastre, morte) seja colocada em nível de culpa pessoal. A doença, os sofrimentos, os desastres, a morte não são frutos de pecados pessoais. Isto deixaria os que não sofrem com a consciência tranquila e sem responsabilidade frente aos males e sofrimentos dos outros. Por outro lado, Jesus insiste na responsabilidade de todos, pois exige conversão e mudança. Se não houver esta mudança, "todos vão morrer do mesmo jeito" (Lc 13,3,5), isto é, vão perecer pelos desastres e pela repressão política de Pilatos! Jesus teve razão! O povo não fez a mudança que ele pediu. Resultado: a nação pereceu toda inteira pelos desastres e pela repressão política dos romanos nos anos 70 e 134 depois de Cristo. É como hoje. Um menino é espancado na praça e morto debaixo dos chutes da botina de um policial. É porque o menino pecou mais do que os outros? "Eu digo que não! Mas se vocês não se converterem, vão perecer todos do mesmo modo!" Se não houver uma mudança séria do atual sistema, todos vamos ser espancados em praça pública. Isto é, estas coisas vão se repetir como consequência lógica do sistema errado!

6) A Boa Nova

Perguntaram a Jesus: "Mestre, quem pecou, ele ou seus pais, para que nascesse cego?" (Jo 9,2). Jesus respondeu: "Nem ele nem seus pais pecaram, mas é para que nele se manifestem as obras de Deus!" (Jo 9,3). Nem toda a doença é fruto do sistema injusto ou fruto de estrutura pecaminosa. Mas o acolhimento do doente, qualquer que ele seja, é sinal da "obra de Deus". A cura é sinal de Deus, sinal de uma Boa Nova. É uma Boa Nova que se propague! É Deus visitando o seu povo!

Através destes fatos ficou mais claro o pensamento de Jesus a respeito da ligação entre pecado e doença. A ligação individualista e moralista, que culpa a própria pessoa pela doença que ela carrega, satisfazia à classe dominante e era usada para marginalizar os pequenos e os sofredores (Jo 7,49; 9,34). Jesus coloca a ligação entre pecado e doença em nível de sistema e estrutura e devolve a todos a responsabilidade pelas coisas que acontecem. Há uma ligação de causa entre o sistema judaico e a falta de saúde do povo.

Por tudo isso, a cura dos doentes não se fazia de maneira tranquila, mas provocava conflitos com o sistema estabelecido e com as pessoas que representavam ou defendiam o sistema. Eis alguns fatos em que a cura e o acolhimento dos doentes se transformam em agressão e transgressão do sistema montado:

- Jesus transgride o sábado para poder ajudar os doentes: ele cura (Mc 3,1-6), faz lama (Jo 9,14-17), manda carregar a cama (Jo 5,8-10), permite arrancar espigas para matar a fome (Mt 12,1-7). Estas coisas, apesar de proibidas por lei ou por tradição, eram contrárias ao bem-estar e à saúde do povo. A regra suprema de Jesus é que o homem não existe para o sábado, mas o sábado para o homem (Mc 2,27).

- Jesus incomoda a celebração na sinagoga chamando um doente para frente (Mc 3,3) e acolhendo aquela senhora de idade contra a vontade do coordenador da sinagoga (Lc 13,10-17), e curou os dois. Jesus defende os doentes contra a intransigência dos defensores do sistema e age com liberdade em defesa da saúde do povo.

- Jesus acolhe os leprosos e toca neles, transgredindo assim a lei da pureza legal que marginalizava os leprosos e doentes da pele (Lc 5,12-14; 17,11-14). Ele defende os apóstolos contra a acusação de comerem sem lavar as mãos (Mc 7,1-13). Tratava-se de um costume de higiene, transformado em lei religiosa, desviada do seu objetivo principal.

- Jesus incomoda os sacerdotes e os obriga a dar um atestado de cura e boa saúde aos leprosos por ele curados (Mc 1,44; 17,14).

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Assinatura de apoio:

Cz\$ 100,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI** —

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Solidaridad



Marcha Nacional do Silêncio: 10 mil pessoas protestando contra os desaparecimentos, as torturas e os assassinatos políticos.

Orlando Falls-Borda e a situação da Colômbia

Entrevista a Dermi Azevedo

O estudo da realidade latino-americana — a partir da ótica dos oprimidos — é um que fazer constante do sociólogo Orlando Falls-Borda, 60, fundador da Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional da Colômbia e um dos mais respeitados intelectuais do continente. Ele é autor, entre outros livros, de “Conhecimento e Poder Popular” (1985, Siglo XXI, Bogotá), “Ciência própria e colonialismo intelectual” (1970, Nuestro Tiempo, Bogotá), “Revolução Inconclusa na América Latina” (1970, Siglo XXI, México, na 12.ª edição), “A dupla história da Costa colombiana” (1986, Editora Galeano, Bogotá) e “A violência na Colômbia” (1962, Bogotá, com sucessivas edições até agora). Nessa entrevista, concedida em Bogotá, durante a visita do papa João Paulo 2.º à Colômbia, em julho passado, Falls-Borda analisa as contradições crescentes na vizinha Colômbia.



A Colômbia está às portas de uma insurreição generalizada?

Não creio, pelo menos por enquanto, numa escala nacional. O país é muito diversificado. Há sintomas insurrecionais em algumas regiões como El Cauca e Valle. Embora não se possa falar de uma salvadorização total, ela existe de modo parcial, em algumas regiões.

Quais as causas básicas de tanta violência na Colômbia?

São as mesmas de sempre. Num país agrícola como a Colômbia, ainda não se fez uma reforma agrária verdadeira. Os desequilíbrios sociais são enormes e o desenvolvimento só beneficia as minorias poderosas.

Você nota algumas constantes nessa onda de violência?

Alguns aspectos de se vício e desumanidade são constantes. A violência no país, hoje, tem caráter mais ideológico. Há maior consciência, nas guerrilhas, das metas políticas de mudança. Neste sentido, os partidos políticos tradicionais foram superados, tornaram-se pequenos.

Em termos históricos, essa mudança passou a surgir com o nascimento da ELN (Exército de Libertação Nacional) em 1965. Este foi o primeiro grupo a postular metas ideológicas para a guerrilha, a partir do modelo castrense e da influência do Che Guevara.

Para os demais grupos, as metas não estavam bem estabelecidas e baseavam-se sobretudo na sobrevivência e na autodefesa, no marco tradicional liberal conservador. Agora, os grupos vêm os dois partidos tradicionais (Liberal e Conservador) como um só: reacionário.

Quais as perspectivas do país com o novo governo liberal de Virgilio Barco?

Não espero mudanças muito extraordinárias com a mudança de governo porque a classe dominante é a mesma que esteve no poder nas últimas décadas. É uma classe muito conservadora, egoísta e inflexível, não abre espaço para ninguém. Perguntamo-nos até como temos aguentado tanto. É um milagre de Deus. Não creio que seja de Satanás. Isto explica porque as guerrilhas de hoje são mais agudas em sua ação e porque encontram sempre um campo favorável para seus recrutamentos juntos às massas despossuídas.

Como você analisa o encontro do Papa, no primeiro dia de sua visita à Colômbia, com cerca de 300 personalidades da classe dominante?

As classes dominantes são hipócritas. Aplaudiram vivamente o Papa após seu discurso. Entre os presentes, estavam contrabandistas, depositantes de dinheiro em bancos suíços e norte-americanos, profissionais da violência contra os direitos humanos. O Papa falou para eles e eles aplaudiram do mesmo modo. O Papa foi embora e eles ficaram apoiados por uma hierarquia eclesiástica que continua sendo reacionária. O Papa foi tão aplaudido porque não é amigo da liberação dos povos. É um político de direita, com bastante habilidade e carisma. Na Colômbia, Igreja e Estado apóiam as mesmas classes sociais. Esta aliança provém da época da Colônia com o padroado real. Trata-se de uma sociedade de ajuda mútua. A Colômbia é o único país — ao lado da Itália, Espanha e Haiti — que tem concordatas com o Vaticano. Numa certa época, afirmava-se que a questão religiosa era um elemento de

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 30,00

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
 Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
 Rio de Janeiro — RJ.

Direitos humanos constantemente violados

"A violação dos direitos humanos é uma linha de conduta normal e permanente por parte das Forças Armadas, policiais e paramilitares da Colômbia". É o que afirma documentação-denúncia de 62 organismos de direitos humanos e de personalidades colombianas — entre as quais o ex-chanceler Alfredo Vásquez Carrizosa, divulgada em Bogotá. Os militantes pelos direitos humanos denunciam o funcionamento de 20 esquadrões da morte paramilitares na Colômbia, o mais ativo dos quais é o MAS (Morte aos Sequestradores) que ameaça continuamente de morte sindicalistas, padres, pastores, políticos e agentes pastorais.

Outros grupos paramilitares cita-

dos são a tríplice AAA (Aliança Americana), o MAC (Movimento Anticomunista Colombiano), Mão Negra, Alfa 83, Legião das Águias Brancas e "Autodefesa dos Bens dos Narcotraficantes". Do ano passado para cá, houve, no país, 595 assassinatos políticos, 344 desaparecimentos forçados, 2826 prisões de dirigentes populares e 276 casos comprovados de torturas. Em novembro de 84, foi morto o único padre indígena do país — Álvaro Uccué — e em outubro de 85, foi assassinado o padre belga Daniel Guillard. Afora estes casos, 23 mil vítimas da erupção do vulcão Nevado del Ruiz, em novembro do ano passado, continuam no abandono, apesar de toda a ajuda internacional canalizada para a Colômbia.

diferenciação entre os dois partidos. Hoje isto não mais existe. Hoje há praticamente um só partido com duas alas (liberal e conservadora) e a questão religiosa deixou de ser um elemento diferenciador.

Que análise você faz do assalto ao Palácio da Justiça (ocorrido no ano passado em Bogotá)?

Há muita polêmica sobre isto. Creio que a situação foi tratada de maneira equivocada. De um lado, pela guerrilha (M-19), julgando equivocadamente o momento político. De outro, o Exército que aproveitou a situação para aprofundar a guerra. E para sabotar o processo de paz, como já vinha fazendo. Essa convergência de equívocos produziu uma tragédia. Foi uma espécie de duplo golpe de Estado: de um lado, da guerrilha ao Poder Judiciário. De outro, das Forças Armadas, ao Poder Executivo. As seqüelas do episódio são o debilitamento do poder civil e o fustigamento sobre o outro grupo guerrilheiro — as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — por parte de setores oficialistas, pa-



ra que rompa a trégua. É bom destacar que essa organização já tem mais de 200 mortos em poucos meses, apesar da trégua que é bastante frágil.

Como têm atuado os militares na Colômbia?

São muito arrogantes. A doutrina dominante entre eles continua sendo a da segurança nacional, embora haja sintomas de críticas a essa doutrina por parte de alguns militares da reserva. Os militares colombianos, em sua maioria, foram formados pelos EUA e alguns lutaram com as tropas norte-americanas, na guerra da Coreia, durante o governo Truman. Outros ainda estudaram na Escola das Américas, no Panamá. São antipatriotas e defendem a minoria que está no poder.

E os paramilitares?

São grupos numerosos, poderosos e atuam impunemente. O Procurador Geral da Nação, Carlos Jiménez, chegou a denunciá-los nominalmente há dois anos e nada aconteceu. Um deles, "Mão Negra" surgiu nos anos 60, alimentando por movimentos fascistas como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) do Brasil. É ligada a grupos religiosos de direita e financiada por comerciantes e industriais reacionários. Na Colômbia, a TFP atua associada à Opus Dei e coopta jovens. O governo não faz nada. •

Igrejas unem-se por espaço popular no Congresso Constituinte

Dermi Azevedo

Pela primeira vez na história das Constituintes brasileiras, as Igrejas Cristãs integradas ao Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil) decidiram unir esforços em favor de um espaço popular no Congresso Constituinte. Esse compromisso — compartilhado por representantes de outras Igrejas Cristãs, como observadoras — foi reafirmado nos dias 18 e 19 de setembro passado, no Colégio Assunção, Rio de Janeiro, no seminário “Igrejas e Constituição”, promovido pelo Conic, com apoio da Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e do Cedi (Centro Ecumônico de Documentação e Informação).

No primeiro dia do seminário, dia 17, o advogado César Caldeira, do Cedi, apresentou informações básicas sobre o processo constituinte e sobre os esforços do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte em favor de um espaço mais amplo possível para representantes dos setores populares e para teses de interesse da maioria dos brasileiros. No dia 18, a proposta constitucional da Comissão Afonso Arinos foi analisada pelo jurista Dalmo Dallari, diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo. Em sua opinião, esse projeto é globalmente prolixo e heterogêneo, contendo algumas propostas que representam avanço e outras que indicam retrocesso com relação às normas constitucionais vigentes, outorgadas pelos militares.

D. Cândido Padin expõe proposta constitucional da CNBB



A visão da OAB sobre o processo constituinte foi apresentada, no início da tarde do dia 18, pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, jurista Hermann Baeta. Ele denunciou todas as manobras dos grupos mais poderosos para impedir que os brasileiros dispusessem, efetivamente, de uma Assembléia Constituinte soberana e democrática, específica para fazer a nova Carta Magna. Logo depois, o bispo de Bauru e assessor da CNBB para assuntos constitucionais, D. Cândido Padin, resumiu as

propostas da conferência episcopal católica, inseridas no documento “Por uma Nova Ordem Constitucional”, aprovado na assembléia de abril passado, em Itaici. À noite, o presidente da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), Francisco Alencar, falou sobre o Plenário Nacional e sua perspectiva não-imediatista de ampliação do poder popular no Brasil.

No dia 19, de manhã, houve painel sobre “A participação das Igrejas no processo da Constituinte”, com a pre-

sença do bispo Paulo Ayres Mattos, da Igreja Metodista e presidente do Cedi, da vereadora Benedita da Silva (PT/RJ) membro da Assembléia de Deus e do padre e sociólogo José Oscar Beozzo, presidente da Cehila/Brasil (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina).

Grupos de trabalho, durante o seminário, aprovaram várias propostas de mobilização no processo constituinte, entre as quais a de convidar a Agen (Agência Ecumênica de Notícias) para organizar, em Brasília, no próximo ano, um serviço de acompanhamento dos trabalhos congressuais em função dos movimentos sociais e populares.

Como resultado do seminário, os participantes discutiram e aprovaram esta "Declaração do Rio de Janeiro":

Declaração

"Nós, bispos, padres, pastores, teólogos e leigos de Igrejas Cristãs, participantes do Seminário "Igrejas e Constituição", promovido pelo Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), com apoio da Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e do Cedi (Centro Ecumônico de Documentação e Informação), nos dias 17 a 19 de setembro de 1986, no Colégio Assunção, no Rio de Janeiro, queremos levar ao Povo de Deus e à sociedade brasileira, através desta Declaração, uma síntese de nossas reflexões, neste momento decisivo da vida nacional em que se vai elaborar uma nova Constituição para o Brasil.

Todos desejamos um novo tipo de sociedade no Brasil, democrática e participativa, em que todos os brasileiros possam realizar-se plenamente como filhos e filhas de Deus e como irmãos e irmãs. Queremos uma sociedade justa e realmente livre em que seja promovida, como valor principal, a vida. Como afirmou Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo: "Eu vim para que tenham vida e a tenham em plenitude" (João 10, 10).

Com esta disponibilidade, e missão de serviços à vida, queremos dirigir estes apelos às Igrejas, aos movimentos populares e aos candidatos às eleições de 15 de novembro.

Povo no debate
constituinte:
desafio
ecumônico



As igrejas

Que as Igrejas continuem assumindo, como tarefa urgente e prioritária, o compromisso de atuarem solidariamente com todos os grupos e movimentos populares empenhados no processo de construção de uma nova sociedade, justa, democrática e participativa.

Que as Igrejas aprofundem a luta pelos direitos humanos do povo brasileiro como uma exigência evangélica, acima dos interesses eclesiásticos e com base no princípio de que a salvação trazida por Jesus Cristo atinge toda a vida dos homens e mulheres, a título pessoal, comunitário e social.

Que as Igrejas apoiem as várias formas de mobilização e organização do povo no campo e na cidade, em favor de causas fundamentais como a Reforma Agrária, a função social da propriedade, o salário justo, a organiza-

ção sindical autônoma, a estabilidade no emprego, a superação da grave dependência gerada pela dívida externa, todas elas no contexto de condições dignas de vida para todos os brasileiros.

É urgente que assumamos, unidos, os clamores que vêm das entranhas do povo esmagado e oprimido, embora cheio de esperança, a partir da firmeza de sua luta organizada. "Disse o Senhor: certamente vi a aflição do meu povo... e ouvi seu clamor por causa dos que o oprimem. Conheço o seu sofrimento e desci para libertá-lo" (Êxodo 3, 7-a).

Que se esforcem para garantir a escolha, a 15 de novembro, de representantes identificados com as aspirações populares e a causa dos oprimidos, vendo, no Congresso Constituinte, mais uma etapa importante no processo de construção de uma nova sociedade.

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 40,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 20,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 20,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo	Cz\$ 20,00
Deixai vir a mim os pequeninos	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 35,00
Volume 5 — Javari	Cz\$ 35,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 75,00

Que as Igrejas continuem a denunciar, com coragem profética, todos os abusos na atual campanha eleitoral, sobretudo os imensos gastos financeiros na tentativa de "compra" de votos e de eleger uma bancada parlamentar contrária à Reforma Agrária e aos demais interesses populares.

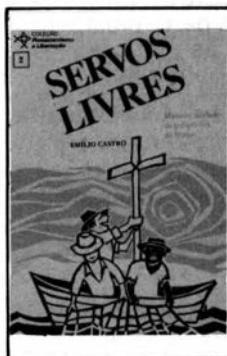
Aos movimentos populares

Que se mantenham firmes, fortalecidos pela dinâmica de sua própria luta e pela esperança de concretizar uma sociedade justa e fraterna, tornando mais transparentes os sinais do Reino de Deus.

Não desanimem diante de todos os obstáculos que são colocados, dia após dia, à sua luta no campo e na cidade. Nem se deixem frustrar pelo balanço negativo de recentes experiências históricas, como o fracasso das diretas já para a escolha do Presidente da República e a não concretização de uma As-

130 páginas
Cz\$ 50,00
Co-edição
CEDI/Edições
Liberdade

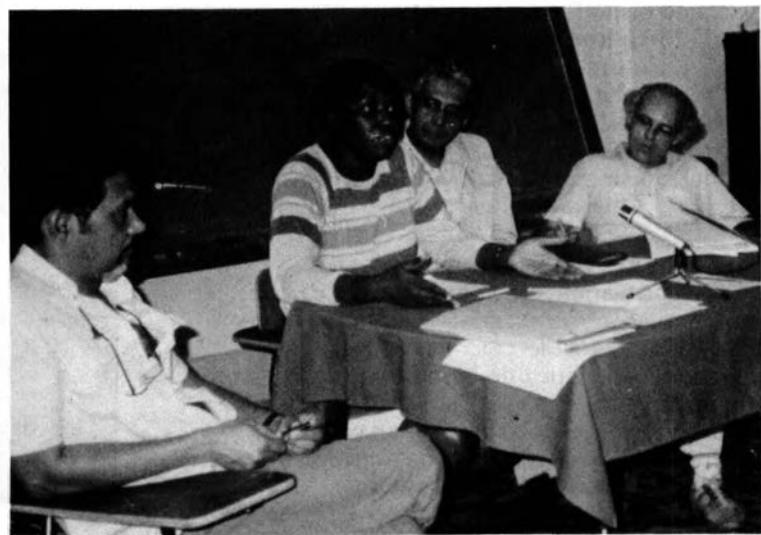
Faça seu pedido
através de cheque
nominativo para
o CEDI — Centro
Ecumônico de
Documentação e
Informação
Av. Higienópolis,
983 — 01238 —
São Paulo — SP



Servos Livres Missão e Unidade na Perspectiva do Reino

Emílio Castro

O segundo volume da coleção "Protestantismo e Libertação", traz este texto do atual secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas. Para ele, são três as prioridades propostas à missão da Igreja, sendo que duas derivam da primeira: o fato de Deus enviar a Igreja a proclamar o Evangelho às nações; o interesse especial de Deus pelo pobre e pela pobreza; e a promessa que Deus faz de um novo dia de justiça e paz.



Benedicta da
Silva, Paulo
Ayres e Oscar
Beozzo num
dos painéis do
seminário

sembléia Constituinte soberana e democrática, que foi substituída por um Congresso com poderes constituintes. O que não conseguirmos alcançar nesta etapa, certamente será obtido, mais cedo ou mais tarde, como resultado da caminhada de nosso povo.

Que os movimentos populares mantenham presença crítica e fiscalizadora antes, durante e depois dos trabalhos do Congresso Constituinte, lutando para que o direito à vida, em todas as suas dimensões, seja o eixo central da nova Carta Magna do país.

Aos candidatos

Aos candidatos e candidatas a funções eletivas em 15 de novembro, ou-

cam os clamores, as esperanças e as propostas dos grupos populares do campo e da cidade. O serviço aos cidadãos, sobretudo aos mais oprimidos e carentes, deve ser o compromisso básico da classe política, em favor da construção da sociedade democrática, acima dos interesses partidários. Desde agora, reconheçam-se como permanentes devedores de uma prestação de contas ao povo quanto às propostas defendidas em suas campanhas.

Que a nossa palavra, nascida da reflexão e da prática da evangelização libertadora, possa contribuir, ainda mais, para transformar as estruturas injustas e desumanas de nossa sociedade.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1986."•

Igrejas e Instituições presentes no Seminário

Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil)

Igreja Católica Apostólica Romana

Igreja Episcopal do Brasil

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Igreja Episcopal do Brasil

Igreja Metodista

Igreja Evangélica Luterana do Brasil (observadora)

Igrejas Evangélicas Reformadas no Brasil (observadoras)

Convenção Batista Brasileira (observadora)

Igreja Presbiteriana Unida

Igreja Evangélica Assembleia de Deus (observadora)

Igreja Cristã de Congregacionais do Brasil (observadora)

Igreja Cristã de Confissão Reformada

Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviço)

Aste (Associação dos Seminários Teológicos Evangélicos)

Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Educação Popular)

Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

Ibrates (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento)

Agen (Agência Ecumônica de Notícias).

Medicina Alternativa

"A escuridão é a expressão da morte e não a própria morte".

Beatriz A. Martins

Segundo Jorge, é preciso entender que os fenômenos se expressam por certas formas de linguagem e que não é acertado tomar-se a expressão pelo fenômeno.

Inicialmente deve-se entender o que é saúde e o que é doença para podermos vislumbrar a atuação da medicina popular. O fato de não sermos incomodados, nada sentirmos, não termos conflitos e nem crises não significa, em hipótese alguma, termos saúde. Isso é incompatível com a vida. Precisa-se modificar a percepção de saúde, como alguma coisa passiva, estática. Estar saudável, admite o caráter de reatividade, de dinamismo que é a própria vida. Paralelamente o que se chama de doença pode ser simplesmente um funcionamento exagerado do organismo. É o corpo que está reclamando, dando sinal de saúde, por mais paradoxal que possa parecer. "Uma vela, que ao clarear se consome e, ao consumir-se, ilumina".

Este simbolismo usado pelo autor clarifica o fenômeno existente no nosso corpo (saúde, doença) fundamental para entendermos a medicina popular. "O estado de saúde é um estado crítico, como é a própria vida: não se pode viver sem que se esteja morrendo, pois só a partir dessa morte é que se perpetua a existência".

Quando se fala em **medicina popular** pensa-se, geralmente, em credices, superstições, plantas, etc. Neste livro, Jorge se propõe a evidenciar aspectos mais abrangentes do que seja e de como se faz **medicina popular**. Com muita propriedade aborda a descrença em que vivemos hoje frente à medicina, a princípio entendida como a arte de curar, bem mais longe deste propósito na nossa sociedade. Vários são os fatores que levam à situação atual. Fundamental a relação de dependência — médico/paciente — que passa por

comportamentos autoritários, paternalistas de muitos profissionais da saúde (com exceções) como também, pela segregação do saber médico — o saber é utilizado como arma de poder. Vê-se, também, na discriminação de classes, devido à negligência no atendimento médico (particular ou público, ricos ou pobres), outro fator que retrata uma medicina depauperada. Evidente que não se atribui aí simplesmente a uma postura individual dos profissionais na área, mas ao contexto social, econômico e político no qual estamos todos inseridos.

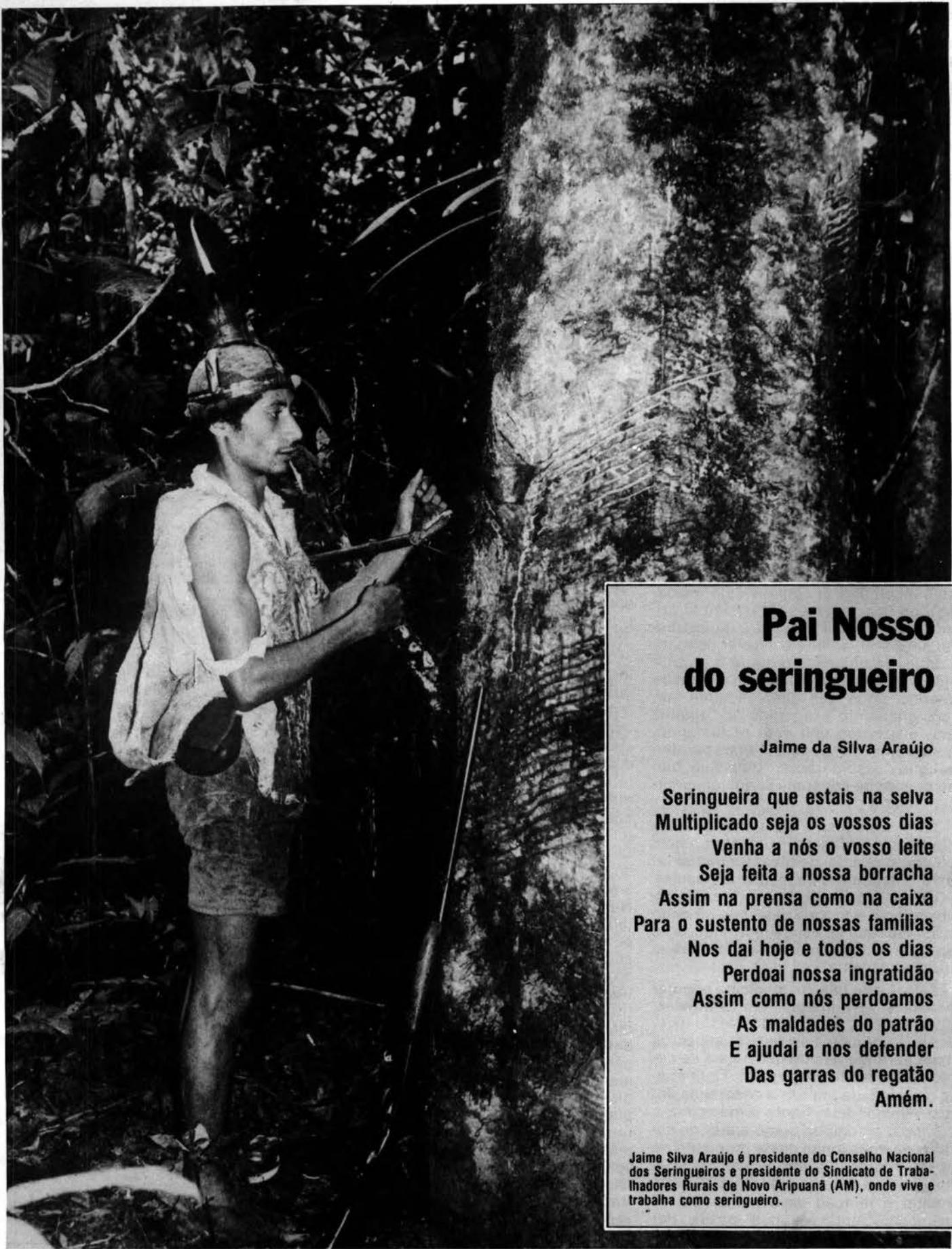
Para entendermos a medicina popular pressupõe-se um esclarecimento quanto à questão do atendimento popular. Este se dá através da medicina curativa (acessível a todos, não sofisticada), da medicina preventiva (medidas de saneamento básico) e finalmente com um atendimento humano diferenciado, ou seja, atenção, respeito e sobretudo interesse pelo sofrimento do outro. A medicina popular se caracteriza pela sua origem popular, pelo seu objetivo marcado pelo tom de resistência e pelo seu método intuitivo. Neste momento, o autor parte para uma análise mais detalhada de como o povo, através de suas expressões, seus costumes, enfrenta o processo adverso à saúde, seus sintomas doençais. Passa a descrever, de forma objetiva, os elementos da medicina popular, através da relação com a natureza, das categorias de morbosidade (condição de enfermidade, doentia) e do elemento fé. No momento em que passa a discutir os recursos (alimentação, plantas medicinais, resguardo, água, terra, massagens, toques, rezas) da medicina popular, esclarece de uma vez por todas que a medicina popular não se reduz ao uso das plantas como tratamento alternativo dos sintomas, vai muito além disto.

Finalizando, aborda a vinculação da medicina popular a outras práticas populares, a partir do ponto de vista da autonomia: "os movimentos e as práticas populares (inclusive a medicina popular) são e devem ser exercícios de superação dos estados de dependência". Passando, também, pelas relações com o mundo e com a sociedade e por último através do "saber do controle, saber político, que precisa ser desenvolvido e apropriado pelo povo" e, a partir daí, manter a articulação entre as práticas da medicina popular e de outros movimentos populares. Vale a pena parar e ler este livro. •

Beatriz A. Martins é socióloga e trabalha no Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI.

Como se faz Medicina Popular, de Jorge Moreira Rocha, Petrópolis/ Rio de Janeiro, Coleção FAZER, Vozes/IBASE, 1985, 81 p.





Pai Nosso do seringueiro

Jaime da Silva Araújo

Seringueira que estais na selva
Multiplicado seja os vossos dias
Venha a nós o vosso leite
Seja feita a nossa borracha
Assim na prensa como na caixa
Para o sustento de nossas famílias
Nos dai hoje e todos os dias
Perdoai nossa ingratidão
Assim como nós perdoamos
As maldades do patrão
E ajudai a nos defender
Das garras do regatão
Amém.

Jaime Silva Araújo é presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Aripuanã (AM), onde vive e trabalha como seringueiro.

A participação dos cristãos na política partidária

2^a parte

Encarte de **Tempo e Presença** nº 213
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI

Apresentação

Continua muito intenso e fecundo o debate sobre a participação ativa dos cristãos nos partidos políticos. A proximidade das eleições colocou ainda mais evidente o significado e a atualidade dessa discussão. Evidentemente que o tema não se restringe a esse momento conjuntural pois as suas implicações políticas e teológicas são muito mais profundas e de longo alcance.

*Partindo da colocação inicial feita pelo conhecido teólogo frei Clodovis Boff no texto “Os cristãos e a questão partidária” (ver encarte da revista *Tempo e Presença* nº 212 - setembro de 1986), muitas reflexões e debates têm sido feitas sobre o tema. No encarte acima referido, publicamos as relações de Frei Betto e de Pedro Ribeiro de Oliveira ao referido artigo.*

Dando seqüência ao debate estamos apresentando mais duas colaborações que abordam o tema sob outras perspectivas, enriquecendo ainda mais essa discussão democrática, tão necessária, à prática pastoral e política de nosso País.

“Tempo e Presença”
Cetro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDI

Índice

Dificuldades de uma articulação política dos cristãos (Luiz Eduardo W. Wanderley)	p. 3
A política e os cristãos (Luiz Alberto Gómez de Souza)	p. 6

Dificuldades de uma articulação política dos cristãos

Luiz Eduardo W. Wanderley

Há temas sempre "quentes" que repõem velhas questões e suscitam outras novas. O Clodovis tocou um deles, com sensibilidade e argúcia. Quem conhece e convive com cristãos — de alguma forma vinculados aos setores populares — sabe dos problemas que eles enfrentam em sua militância no campo partidário. O autor afirma que quer opiniar sobre um tema concreto e urgente. Exatamente por isto, suas reflexões são interrogativas e provocativas, trazendo implicações para a própria prática e com ressonâncias no plano teórico.

Ainda que obviamente dirigidas aos cristãos, as reflexões são atuais também para não-cristãos. Por tratar de assunto "secular" e as mediações com a fé, certos condicionantes deveriam ter sido tratados, os quais qualificam e reorientam pontos básicos da argumentação proposta. Vou expor as principais dificuldades para uma revisão/aperfeiçoamento da proposta.

1. As dificuldades de **organização política** que existem para todos os movimentos populares (incluindo os movimentos operários-sindicais), independentemente de serem constituídos de cristãos ou não. As causas estão na falta de cidadania, de legitimidade dos partidos existentes, de condições para a consolidação partidária. Traços democráticos, gestados e vividos pelos membros desses movimentos, se confrontam com traços autoritários, verticalistas e clientelistas dominantes na **vida partidária**. Por outro lado, organizações e movimentos políticos **não-partidários** não têm conseguido perdurar por longo tempo, ganhar estabilidade e abarcar a Nação, como por exemplo o Movimento do Custo de Vida, as Associações de Moradores, etc. Esta or-

ganização política vai exigir ainda muito aprendizado e maturação por parte dos grupos e movimentos populares.

2. As dificuldades de **formação de quadros** e de **eleição cultural e política de militantes** que existem em todos os partidos, sindicatos e outras instâncias. Os setores educativos das organizações e até mesmo o acompanhamento de sócios e militantes se deparam com a inércia da maioria, com a falta de planejamento e de formulação de perspectivas globais nelas existentes, com resistências às reflexões teóricas, havendo é claro maiores ou menores exceções aqui e acolá. Um esforço neste sentido deve ser desenvolvido por todos os setores da sociedade civil.

3. As dificuldades de **consolidação partidária** que em nosso país são históricas e estruturais, originadas, entre outros, pelos seguintes motivos: a) imposições governamentais (como as leis orgânicas dos partidos) que, de tempos em tempos, desestruturaram os partidos; b) partidos dominados pelo caciquismo, clientelismo, populismo, fisiologismo; c) políticos profissionais que confundem vida pública com vida privada; d) falta de ética nas relações políticas; e) vícios do presidencialismo; f) rotatividade interpartidária. Tudo conspirando contra a autenticidade e legitimidade dos partidos na opinião popular. É preciso estimular a vida partidária e recriá-la de baixo para cima.

4. As dificuldades de **compreensão da política** por parte da **Igreja Católica**. Por um lado, ela sempre esteve presente na política e influenciou governos, partidos e movimentos, por outro lado, opôs resistências,

combateu programas e posições, criou entidades paralelas (sindicatos cristãos, partidos cristãos). São persistentes e recorrentes as confusões teológicas e pastorais entre fé e política, entre participação do clero e do laicato no campo partidário, entre vida cristã e compromisso. Neste campo, há muito por avançar na teoria e na prática, na teologia e na pastoral.

5. As dificuldades de passar valores, atitudes e comportamentos vigorantes em **micro-grupos e comunidade** (tais como solidariedade, escolha por aclamação, etc.) para o **nível societário, os macro-grupos**. Há uma visão popular fechada de comunidade, muitas vezes idealizada como homogênea e autônoma num mundo capitalista que tudo penetra. A passagem de pessoas da comunidade para esferas maiores (sindicato, federação, comissão executiva regional/nacional etc), leva a um descolamento das bases (desenraizamento do povo) difícil de ser rompido. Para evitá-lo, é necessário aprofundar a conscientização popular e fortalecer experiências promissoras.

6. As dificuldades dadas por **experiências fortes** do passado — tais como a Ação Popular, no Brasil, e os Cristãos para o Socialismo, em alguns países latino-americanos — que demonstraram, pelos erros cometidos, a complexidade do relacionamento com a hierarquia da Igreja Católica (e mesmo de outras Igrejas), as divisões e rompimentos internos motivadas pela defesa de diferentes e divergentes opções estratégicas e táticas, que são próprias da política e conflitantes com a maior consensualidade praticada na comunidade dos fiéis. Organização política e pluralidade de opções, convivência entre contrários e com quem não pratica religião, eis pontos a serem enfrentados.

7. As dificuldades fundadas na **diversidade que caracteriza as comunidades eclesiásias de base no Brasil**, também válida para outros grupos e movimentos de cristãos, como apontam várias pesquisas a respeito: áreas em que há maior diferenciação entre os que guardam mais uma “mística” de atuação e a militância político-partidária; áreas em que há maior identificação entre igreja-sindicato-partido; áreas mais diferenciais apresentando uma pluralidade de opções políticas. Em consequência, há grande variação nas necessidades específicas de tais áreas. Em algumas, há ainda carência de formação e formação básica; em outras, já se reivindica formação de quadros especializados e de dirigentes. Em grande número delas, permanecem ambiguidades, superposições, incompreensões nas relações

e mediações entre fé e política. Em áreas determinadas, os planos estão claros e não surgem “grilos” na prática. No geral, restam as questões daqueles que ficam nas igrejas por não encontrarem alternativas mais “seculares” que satisfaçam as suas expectativas, e aqueles que se afastam delas por encontrarem mais identificação e satisfação em engajamentos na esfera política.

8. As dificuldades de se **implementar certos elementos básicos** — autonomia, autenticidade, democracia de base, etc. — que são ardorosamente defendidos por cristãos, mas também por muitos não-cristãos, dentro dos sindicatos, partidos e movimentos. Se eles não são privilégio dos que vivem na esfera eclesial, a luta por organizações políticas que os assegurem deve ser necessariamente pluralista.

9. As dificuldades próprias da **formação do clero e dos (as) religiosos (as) em geral**. Faz tempo que um problema central nesta formação está na complexa integração entre os anos de estudos e as práticas posteriores na paróquia ou em outras pastorais. Mais proximamente, ela se complexificou por força da pastoral popular, em que a cultura, os comportamentos e as atitudes, a dinâmica dos setores populares se conflitam com a origem social e o aprendizado fornecido aos padres e aos religiosos. O ponto mais delicado está em como compatibilizar a racionalidade do discurso religioso com a racionalidade do discurso político, a vida pregressa dos agentes eclesiásticos com sua inserção nos movimentos populares. São apontados como consequências da sua formação tradicional o paternalismo, o subjetivismo, o idealismo e a incomunicabilidade, entre outras. Que se refletem em suas ações no sentido de querer controlar os leigos e seus movimentos, de liderar grupos e campanhas, de mandar nas mulheres paroquianas e das comunidades, de defender o rebanho contra infiltrações de militantes das tendências e dos partidos políticos. Muitas vezes prevalece neles a mística, o desejo de sacrificar a vida seguindo a morte de Cristo, de realizar o testemunho absoluto, sem atentar para a correlação de forças, o jogo político, as alianças e os compromissos. As experiências de formação, fora dos locais tradicionais, em que se procura um maior convívio com as comunidades dos bairros e uma maior integração da teoria com a prática, sofreram fortes resistências romanas. As avaliações ora enfatizam aspectos positivos, ora aspectos negativos motivados por uma eventual queda do nível de ensino. Neste ponto, há ainda muito por esclarecer e avançar. ►

10. As dificuldades de **encontrar respostas nas teorias globais**, cuja validade histórica é sempre questionada pela prática. O instrumental de análise marxista — o qual, diga-se de passagem, é pouco conhecido em profundidade — nem sempre é aplicado com as mediações históricas necessárias, gerando dogmatismos estéreis e consequências indesejáveis. Há ademais pouco conhecimento do socialismo real, tanto em seus aspectos positivos, quanto em seus erros e problemas e não poucas vezes se tenta copiá-lo inadequadamente, ignorando as nossas condições objetivas. Outras análises trazem contribuições, mas, em termos explicativos e de previsão mais global, são frágeis. É imperativo hoje a busca de novas interpretações que contemplam as novas ações e relações originadas pelos movimentos populares, ecológicos, étnicos, feministas, de minorias, humanistas, etc., que estão resgatando e inovando o sentido profundo de pessoa e de comunidade, raízes que fazem brotar, como antecipações históricas, o novo homem e a nova sociedade. No caso da Igreja Católica, a teologia da libertação redefine temas fundamentais e levanta temas e respostas para as grandes questões que envolvem as maiorias de nossos povos latino-americanos e brasileiro. As análises das ciências sociais se deparam com obstáculos ponderáveis para um diálogo institucionalizado com esta teologia.

11. As dificuldades de **encontrar os condutos políticos** adequados às **transformações** almejadas. As situações de miséria e injustiça terríveis que afetam setores crescentes das populações do campo e da cidade questionam os cristãos. Muitos — leigos, padres e religiosos — entram decisivamente nas lutas sociais e participam ativamente dos conflitos que eclodem nas regiões todos os dias. Ao lado da paixão pelo trabalho de libertação dos trabalhadores, eles convivem com os sofrimentos do povo e querem apressar os processos de mudança. Há uma verdadeira “aceleração do ideológico”, uma intensa mobilização, e, em distintas regiões, apoios concretos à organização popular. Como a sociedade civil ainda não solucionou a questão da ordem econômica-política-social do País (a Constituinte é um momento precioso, mas está condicionada por fatores adversos, alguns dos quais removíveis), busca-se acelerar a dinâmica dos grupos e movimentos. A falta de teorias, de partidos consolidados, de estratégias para os vários níveis e âmbitos, as oscilações da Igreja institucional, o despreparo de alguns agentes e de inúmeros representantes das bases, a confusão política dominante nos processos eleitorais e nas atuações de grande parte dos políticos profissionais, tudo conspira para criar expectativas falsas, ilusões e mitifica-

ções. Como superá-las? O Clodovis tocou na ferida e sua proposta nos questiona. Grupos, partidários ou independentes, estão preocupados em descobrir saídas e alternativas. Dentre os cristãos, a preocupação também é real. Deste debate certamente nascerão novas pistas, outras serão amadurecidas, meios e procedimentos poderão ser avaliados e revistos, haverá um crescimento na reflexão teórica do tema e na orientação das práticas.

Com as considerações feitas, quero reenfatizar a importância e urgência do tema abordado pelo Clodovis. Concordo com a necessidade de um aprofundamento da questão do poder-serviço, a partir inclusive de algumas práticas em andamento nas várias regiões. Concordo plenamente com o imperativo de uma formação dos leigos em níveis mais avançados, tanto da formação da fé quanto da formação política. Se pensarmos no número de escolas católicas, em todos os níveis de ensino, espalhados pelo território nacional, se pensarmos no número de publicações das ordens e congregações religiosas, dos folhetins paroquiais, e a formação elitista e conservadora predominante em seu seio, pode-se prever os efeitos se estes meios estivessem a serviço dos setores populares na linha de sua libertação. Um apoio maior aos grupos e centros de educação popular seria fundamental. Concordo que é preciso pensar numa pastoral mais voltada para o compromisso político, que explique os limites do envolvimento direto do clero e episcopado em questões políticas, que propicie as indispensáveis distinções e articulações entre a participação política e a participação eclesial, que ilumine as relações entre Igreja Católica e Estado, que fecunde uma espiritualidade de ação política, que abra espaços para que os cristãos comprometidos com a política possam analisar as ideologias e modelos da sociedade, ética social, etc. Penso que o modelo da “passagem organizada”, apesar de sugestivo, deva ser melhor equacionado e desenvolvido. A questão da organização dos militantes cristãos é que merece maior atenção tendo em vista as experiências passadas e as divisões presentes, bem como a discussão sobre partidos e formas de representação não-partidárias, o pluralismo, o relacionamento entre “Igreja das CEBs” e “Igreja não-popular”, a legitimidade ou não que a hierarquia teria com novas formas de organização dos leigos com orientações distintas ou diferentes.

O Clodovis teve a audácia de botar a bola em campo. Os leigos cristãos (das várias igrejas) devem jogar o jogo. •

A política e os cristãos

Luiz Alberto Gómez de Souza

Uma ampliação e uma distinção

Gostaria de participar do debate sobre este tema propondo uma ampliação de perspectivas e uma distinção entre dois problemas diferentes. Em primeiro lugar, a idéia de política — e de participação política — não se deveria reduzir ao político-partidário, um dos instrumentos de ação nesse setor, mas poderia retomar a conotação original de intervenção na sociedade (*polis*), tanto para transformá-la quanto para mantê-la em sua atual situação, de acordo com os diferentes projetos ideológicos. A participação num partido é apenas uma das maneiras — e num certo sentido a mais eficaz — de fazer política, mas não a única. Confesso que também, como assinala Pedro Ribeiro de Oliveira no debate, tenho algumas dificuldades com a palavra militância, não apenas pela sua origem castrense, mas por considerá-la responsável por um certo estilo de ação que tende a reduzir as dimensões múltiplas da vida a apenas um de seus aspectos (os jovens são hoje cada vez mais rebeldes diante dessa unidimensionalidade empobrecedora). Um certo militarismo leva também a reproduzir enquadramentos e disciplinas reforçadores de hábitos autoritários que terão de ser afastados se quisermos realmente desenvolver práticas participativas e democráticas. Nesse sentido, a velha idéia de compromisso, ou engajamento, pode ser menos simplificadora (ou menos castradora), ainda que mais importante do que discutir as palavras é descobrir o que freqüentemente se oculta debaixo delas.

O outro ponto, muito mais relevante, é a necessidade de separar claramente dois problemas que devem ser abordados de ângulos distintos: o acompanhamento pastoral dos cristãos comprometidos politicamente e a escolha de uma opção política. O primeiro é eminentemente eclesial e faz um apelo à responsabilidade da comunidade de fé. O segundo deve ser visto a partir dos elementos concretos da sociedade e os cristãos não têm uma posição particular, pois trata-se de um pro-

blema comum a qualquer cidadão membro da comunidade política e que exige uma análise com as ferramentas próprias das ciências sociais. Vê-lo numa perspectiva eclesiocêntrica leva a analisá-lo com uma visão distorcida e redutiva. Se não fazemos esta distinção de início, poderemos tratar de resolver duas dificuldades bem diferentes com uma solução híbrida, que pode instrumentalizar politicamente o acompanhamento pastoral ou enfrentar o problema político a partir dos muros estreitos de uma confissão religiosa. Correríamos o risco de fazer uma pastoral aprisionada ideologicamente e uma política aberta ou veladamente de cristandade. Não podemos esquecer que, na história das religiões, o cristianismo foi responsável pela introdução de uma separação a partir da qual a construção do Reino de Deus não se pode mais identificar nem com um povo, nem com um projeto histórico particular. E, em contrapartida, reconheceu de uma vez por todas, aos diferentes projetos históricos, suas lógicas e suas leis específicas. Deus e César não se confundem, como nas teocracias tradicionais (ainda que o próprio cristianismo, na história, permanentemente sucumbisse à tentação teocrática). Num momento em que a secularização encontra seus limites, deixa entretanto esse legado que nasceu nas próprias terras cristãs: a inopportunidade dos projetos históricos cristãos (1).

Temos, às vezes, uma certa dificuldade em separar estes dois temas, devido a pelo menos duas razões. Em ►

1. O pe. Henrique C. de Lima Vaz analisa a contribuição do cristianismo na dissociação entre o sacral e o político em seu editorial "Fim de milênio", no último número da revista *Síntese*, nº 37, vol. XIV, maio-agosto de 1986. Em antigo trabalho de 1966, "Os cristãos e as instituições sociais", insisti sobre a importância de separar Deus e César, o que já era absolutamente essencial, na Idade Média, para o poeta-teólogo Dante, mas visto com desconfiança por Rousseau. Para os antigos, a identificação era fruto da sabedoria. Assim escreveu Cícero: "Nunca nossos antepassados foram mais sábios nem mais bem inspirados do que quando decidiram que as mesmas pessoas presidiariam a religião e governariam a República". O Cristianismo subverteu e negou essa identidade. (Ver Cap. VIII, L.A. Gómez de Souza, *Classes populares e Igreja nos caminhos da história*, Vozes, Petrópolis, 1982).

primeiro lugar, os agentes de pastoral (clérigos, religiosos, religiosas ou leigos, não importa), trabalhando dentro dos muros da instituição religiosa, tendem a olhar a sociedade a partir do **lugar eclesial** e a pensá-la fundamentalmente desse ângulo. Isso pode levar a uma distorção de perspectivas. Todos sabemos que o lugar de onde olhamos condiciona nossa própria visão das coisas.

Em segundo lugar, a própria biografia de muitos dos cristãos que chegam a um compromisso político, reforça a tendência para confundir os dois elementos. Com efeito, eles foram descobrindo muitas vezes a importância da atividade social a partir de uma reflexão religiosa, no interior de uma organização eclesial. Aí iam sendo convocados a "sair" da Igreja e a ir "para fora", até o mundo. O curioso desse itinerário é o fato dele ser mais mental do que real. Os cristãos não podem sair para a sociedade, pela simples razão de que lá sempre estiveram — antes mesmo de fazer parte de um grupo religioso — pelas suas raízes biológicas, familiares e culturais (2). Mas a sensibilidade e os hábitos persistem, e os que ocupam funções dentro das instituições religiosas podem ter inclusive uma postura freqüentemente contradiatória: insistem num compromisso social fora da instituição e ao mesmo tempo temem que os que o fazem não "voltem" para o redil. Aliás o não voltar pode indicar duas coisas totalmente diferentes: o abandono definitivo da prática religiosa ou apenas não continuar a realizar atividades estritamente pastorais, o que de modo algum poderia ser caracterizado como abandono da Igreja. Pertencer à Igreja não se identifica de modo algum com a realização de tarefas intra-eclesiás; pensá-lo assim seria o oposto de uma vocação missionária. "A Igreja foi feita para o mundo e não o mundo para a Igreja", já disse faz muitos anos Pio 11.

A história pode ajudar

Abordar juntos os dois problemas, insisto, é confundir coisas diferentes e, inclusive, fazer regredir a discussão, que não é nova entre nós e que pode ter tido no passado um tratamento talvez bem mais rigoroso. Em consequência, recordar fatos históricos para esclarecer-lhos melhor, não é procurar soluções arquivadas pelo tempo, em situações bastante diversas, mas fazer o esforço para não repetir erros já cometidos e, talvez, descobrir inesperadamente pistas mais fecundas do que se pensa. Ouvindo o debate atual, desce a estranha sensação de uma história já vivida duas décadas atrás e

vêm juntos, o cansaço da volta de velhos argumentos e o receio de que, por falta de memória, novamente incidimos em antigos equívocos, sem aproveitar alguns avanços significativos, obtidos lenta e penosamente. Com o risco de irritar os que acreditam que a história é permanentemente inédita, os que não viveram certos momentos de nosso passado, ou os que gostariam de esquecê-los, me permito recordar alguns fatos que, ouso considerar, têm mais pontos em comum do que se pensa com os problemas que estamos vivendo agora. Trata-se da trajetória dos estudantes cristãos entre 1960 e 1964, na Juventude Universitária Católica, e da criação do movimento político Ação Popular.

Naquele tempo, em função de um amadurecimento numa atividade eclesial (dizia-se então apostólica), os cristãos eram chamados a um compromisso político em seu sentido amplo. Num primeiro momento, se falou na possível criação de uma esquerda cristã, a partir do desenho de um "ideal histórico". O pensamento de Jacques Maritain, que animou as experiências democrata-cristãs e sua proposta de nova cristandade, era um instrumental teórico disponível e foi inclusive testado pela JUC em 1959 e 1960. Empurrava-se a opção política um pouco mais para a esquerda, mas as ferramentas de análise eram praticamente iguais e com a mesma finalidade: com os cristãos poderíamos descobrir juntos uma opção política. As dificuldades não vieram apenas, como se poderia pensar, do fato de que isso se dava dentro de uma instituição oficial da Igreja, a Ação Católica. Esta, recordemos, recebia um mandado, isto é, ficava no grau de "colaboração no apostolado hierárquico da Igreja" (3). Entretanto, o problema principal que se colocou não foi institucional mas basicamente teórico. Logo foi ficando mais ou menos claro que não se tratava de descobrir uma política dos cristãos, mas que os cristãos teriam de buscar

2. Acontece algo semelhante ao que se passou com aquele piloto da **Ortodoxia** de Chesterton, que saiu a descobrir novos mundos e arribou numa terra aparentemente desconhecida, que logo percebeu que era o velho solo onde nasceria e de onde nunca precisaria ter saído. Tratei dessa relação num pequeno trabalho, **O cristão e o mundo**, Vozes, Petrópolis, 1966.

3. Pio 11, ao criar a Ação Católica, falava em **participação** dos leigos no apostolado hierárquico. A idéia mais cuidadosa de colaboração, se imporia com Pio 12, pois assustava menos aqueles que temiam a intrusão dos não clérigos na esfera fechada do poder episcopal. Ampliar a participação no poder, ou diluí-la, é sempre uma dificuldade em qualquer instituição. A Igreja, fortemente hierarquizada, não é exceção. Ao redigir o atual Código de Direito Canônico, na parte referente aos leigos (Cânon 129), a palavra participação, da proposta inicial, foi também substituída por outra menos ameaçadora de cooperação.

sua inserção política num terreno diferente, no trabalho em comum com outros cidadãos, a partir de uma análise da realidade que se situaria no nível de toda uma "consciência histórica" da época e não no horizonte estreito das idéias de companheiros de uma crença religiosa. Para isso ajudou bastante a reflexão do personalismo de Emmanuel Mounier, que indicara que "não se pode ser socialista porque cristão, assim como não se pode ser monarquista porque cristão" (4).

Essa geração foi chegando ao socialismo, mas não ao socialismo cristão, nem tampouco ao socialismo derivado do cristianismo. Ainda que a discussão tivesse começado no âmbito de movimentos cristãos da Ação Católica, logo passou a ser uma caminhada em comum com pessoas de diferentes origens, analisando o processo histórico das lutas populares e os contornos de um futuro projeto político. Daí o surgimento da Ação Popular, impropriamente considerada por muitos analistas como um movimento de esquerda cristã, mas que pretendia ser, desde o início, um movimento pluralista, embora não se possa negar que a biografia da maioria de seus criadores estivesse condicionada por suas origens cristãs. Havia porém, tarefa nem sempre fácil e nem sempre exitosa, o esforço para romper as barreiras da história pessoal com a dupla ampliação das bases do movimento (sociais, saindo do mundo estreito de estudantes e profissionais para o campo popular, e na convivência de membros de diferentes origens religiosas e outras sem nenhuma fé). Tanto na elaboração do "esboço ideológico" de 1962, quanto no "documento de base" de 1963, dois eixos foram sendo traçados: a) uma visão histórica que não aceitava que a consciência fosse o reflexo do mundo (crítica a um determinismo dos condicionamentos materiais) e, b) uma opção por um socialismo democrático (crítica às experiências autoritárias do que depois se chamaría o socialismo real). É verdade que esses dois eixos, como foi notado em estudos críticos, não se articulavam com claridade e tinham uma formulação ainda hesitante. O movimento teve apenas dois anos, até o golpe de Estado, para dar os primeiros passos (5). Mas aí estava em germe a idéia de um espaço político novo, não confessional, nem também reduzido aos cristãos ou deduzido de sua reflexão, ao mesmo tempo que a compatibilidade dessa opção com uma fé enraizada na história fluía naturalmente. Deve-se lembrar que, nesse período, a AP não era um partido mas um **movimento** e seus membros podiam inscrever-se em vários partidos (PTB, PSB e PDC em alguns estados).

Por outro lado, os movimentos de Ação Católica

mantinham e reforçavam sua validade como espaços de fé, onde se realizava a "revisão de vida". Gustavo Gutierrez vê as primeiras origens da Teologia da Libertação na JUC do Brasil desses anos. Cotejando os textos do movimento, pude descobrir uma fértil reflexão teológica, mais atual do que se pensa, e as bases de uma "espiritualidade do engajamento". Com todas as imprecisões inevitáveis, discutia-se então a idéia da "dupla militância" (há que reconhecer que essa palavrinha, por menos simpatias que possa merecer de alguns de nós hoje, é de longa duração): como políticos, num movimento pluralista, como cristãos, num espaço eclesial, para um permanente trabalho de discernimento, de vivência e de crescimento da fé (6).

Fique claro que, no começo, esses dois espaços não apareciam assim tão claros e a JUC, até 1961, foi também espaço de política estudantil. Mas, aos poucos, a separação se foi dando, não apenas, insisto, por tática ou por dificuldades institucionais, mas por convicções que foram afirmando. À diferença de outros países, onde a democracia cristã era forte (Chile, Venezuela) e essas posições foram alcançadas com dificuldade ou nunca se chegou a elas (pensemos nas esquerdas cristãs latino-americanas ou nos Cristãos para o Socialismo), aqui no Brasil a superação de uma política cristã (ou de cristãos) se deu mais naturalmente. Logo depois o corte autoritário, interrompendo a prática política (e uma prática partidária autônoma do aparelho de estado), voltou a privilegiar o espaço eclesial como lugar

4. Ver E. Mounier, *Feu la Chrétienté*, livro de 1950, publicado depois no vol. III das *Obras Completas*, Seuil, Paris. Como se vai descobrindo, o pensamento de Mounier é ainda bastante atual para repensar estes temas. Isso ficou claro em recente encontro internacional, *A Caminhada da América Latina rumo à democracia e à libertação (contribuições do pensamento e do testemunho de T. de Chardin, E. Mounier e L. J. Lebret)*, São Paulo, 14-16 de agosto de 1986. No começo dos anos sessenta, para a geração da JUC, os textos e as palestras do pe. Henrique C. de Lima Vaz foram decisivos para a reflexão sobre o tema em questão. Ver do autor, *Cristianismo e consciência histórica*, impresso em São Paulo (s/l. Editora), 1963. Do mesmo autor, o artigo "Jovens cristãos em luta por uma história sem servidões", publicado no jornal *O Metropolitano*, da União Metropolitana de Estudantes do Rio e transscrito em Herbert J. de Souza e L.A. Gomez de Souza (ed.), *Cristianismo hoje*, Edição Universitária, Rio, 1963.

5. A evolução posterior do movimento, até transformar-se num rígido partido marxista-leninista sem originalidade, mereceria um estudo cuidadoso, indicando os condicionamentos externos impostos pela clandestinidade, assim como outros, de ordem interna, com as influências de Althusser e do maoísmo. Valeria fazer um dia o estudo da AP, que seria um pouco "uma patologia do político", ou em linguagem mais irreverente, "de como um movimento político endoidou". Muita coisa nessa narrativa teria uma surpreendente atualidade para ferrenhos militantes de hoje. Mas isso é outra história...

6. Ver L.A. Gómez de Souza, *A JUC: os estudantes católicos e a política*, Vozes, Petrópolis, 1984.

de contestação política. Com a abertura, entretanto, se foram desbloqueando os outros espaços (associativos, sindicais, partidários) e os cristãos, de fato, foram voltando a viver suas experiências sociais em muitas instituições e em vários partidos. O problema hoje não é o de criar espaços comuns para que os cristãos possam ir fazendo sua opção política (o que poderia ser inclusive um retrocesso nas práticas políticas e eclesiás), mas de fortalecer os espaços sociais e políticos ao nível de toda a sociedade civil e solidificar o espaço eclesial de vivência de Fé para os cristãos comprometidos politicamente.

Vejamos cada um dos pontos separadamente.

Os caminhos de uma opção política

A opção política em geral — e a partidária em particular — não se deduz de princípios gerais, nem de uma ética ou de uma doutrina social (7), mas se constrói na articulação de vários elementos. Enúmero de maneira simplificada alguns, que pareceriam estar na base de um compromisso que trate de aliar radicalidade na transformação social, com vocação democrática e realismo histórico.

A primeira série de elementos, já referidos em textos anteriores do debate, são as **mediações** necessárias, com suas lógicas próprias. Uma delas é a mediação das **práticas criadoras**, que germinam na sociedade. A política não parte do zero, mas deveria enraizar-se, e ao mesmo tempo expressar reivindicações que se formulam, experiências de organização e de luta já em curso, às vezes pequenas e concretas, mas que potencialmente abrem novas pistas de ação e de consciência. A partir do crescimento dessas práticas, vão se explicitando as **mediações ideológicas**, considerando ideologia não no sentido negativo de falsa consciência mas, numa definição positiva, um conjunto de idéias-força que animam a ação política. Uma série de valores de justiça social, igualdade, liberdade, participação e outros, formam uma constelação ideológica que ao mesmo tempo brota das práticas e as fecunda. Entretanto, para que não fiquemos ao nível ainda geral das idéias, as práticas devem ser testadas e referidas a instrumentos de análise, às **mediações teóricas**, que as situem num processo histórico e lhes dêem inteligibilidade dentro de uma realidade muito complexa. Se as práticas devem ser permanentemente revisadas e as ideologias depuradas, também a teoria não pode cair no dogmatismo das receitas dos manuais, nem dos reducionismos

que empobrecem o real, fechando-o em apenas uma dimensão (econômica, psicológica, cultural ou religiosa). Há na história do último século, no bojo das lutas populares, uma acumulação teórica a levar em conta nas opções políticas que se proclamam revolucionárias, e algumas vertentes do marxismo são referenciais importantes. Porém, ao mesmo tempo, uma esquerda tradicional dá sinais de cansaço e de repetição. Nesse sentido, vivemos uma crise teórica (que é parte de uma crise mais geral da civilização atual e de seus paradigmas científicos). Crise não tem apenas uma conotação negativa, mas pode ser fecunda e estar na origem de criatividade inovadora e de novas pistas de ação e de análise. Se por um lado, ela introduz incertezas com as quais somos obrigados a conviver, também, positivamente, deixa abertas as portas para a recriação permanente de um pensamento não sectário nem fechado às mais inesperadas contribuições. Aqueles que gostam de navegar nos rios tranqüilos das verdades adquiridas, terão dificuldade para descobrir as práticas novas, e provavelmente não serão capazes de pensar livremente situações inéditas. Há toda uma reformulação permanente da teoria, que nem sempre agrada aos que vêm do mundo seguro balizado pelos dogmas religiosos e que gostariam de encontrar nas teorias sociais um fideísmo secular ancorado em "posições corretas". Uma postura teórica aberta desperta também objeções em nome da eficácia. Assim, ouve-se dizer que o movimento popular, no seu processo de lutas, necessitaria de ferramentas claras e simples, deixando-se as dúvidas teóricas para o lazer de intelectuais enredados em elucubrações abstratas. Porém, seria uma falta de respeito grave ao movimento popular — considerando-o em minoridade e relativamente incapaz — querer trazer-lhe um arcabouço de certezas simplificadas que, sob o pretexto de tranqüilizá-lo, o aprisionam num marco teórico rígido, ultrapassado e enganador. A articulação dinâmica prática-ideologia-teoria-prática coloca uma série de desafios nessas mediações, indispensáveis para conhecer e transformar a realidade.

A segunda série de elementos se refere à busca dos ►

7. Esse dedutivismo é claro no pensamento democrata-cristão, que pretende derivar sua ideologia da chamada doutrina social da Igreja e acaba instrumentalizando a fé, a serviço de uma política determinada. Em trabalho recente (ver nota 11) citei um artigo do padre Roger Vekemans, na revista chilena *Mensaje*, em 1962, que da Fé desce à ética, da à doutrina, à ideologia e à política, para deixar implícita a adesão à candidatura de Eduardo Frei para a presidência do país. Outros textos, de maneira mais sofisticada, recuem na mesma simplificação. A *Evangeli Nuntiandi*, de Paulo 6º (1975) traz as pistas para romper essa lógica linear e buscar as respostas aos problemas da presença da Igreja nas especificidades de cada situação, sem perder a dimensão de universalidade.

sujeitos históricos capazes de levar adiante as práticas, desenvolver as idéias-força e repensar as teorias. No passado, muitas vezes se buscou um sujeito único messiânico que, redutor, pôde levar a uma visão simplificadora e mesmo totalitária (uma nação, uma raça, uma classe ou um credo religioso). As formações sociais são complexas e de dentro de suas tramas de múltiplas dominações, emergem vários sujeitos capazes de consciência e de organização para elaborar alternativas. Já se vem trabalhando a noção mais aberta e plural de **classes populares**, variadas, fragmentadas e ao mesmo tempo articulando-se dentro da mobilidade social do país. Provavelmente haveria que ampliar ainda mais o espectro dos sujeitos históricos, já que além das dominações ao nível das forças produtivas, deveriam incluir-se outras relativas ao sexo, à raça, às relações com a natureza, etc. Aqui as classes populares encontrariam os **movimentos alternativos**, da mulher, do negro, do índio, da ecologia, da paz, etc. Valeria o esforço para tratar de romper uma visão provinciana nos dois sentidos, que situa os movimentos populares nos países do sul do globo e os alternativos no norte, descobrindo, ao contrário, sua existência e sua complementariedade ao nível de todas as sociedades, onde há sempre pobres e explorados e o surgimento permanente de novas formas de lutas e de reivindicações.

Um terceiro elemento para uma opção política, que está ligado à complexidade do real e à multiplicidade de práticas e de sujeitos, é a superação do **maniqueísmo**, que divide a sociedade em bons e em maus e faz do ato político um derivado de uma ética bipolar e de um dever ser categórico e ahistórico. O político está ligado ao possível, se inscreve num processo histórico e faz apelo a estratégias de médio prazo e a táticas imediatas, às vezes em relação de contradição dialética com as estratégias, sem fugir também ao problema difícil das alianças inevitáveis. Do contrário, se cairia com facilidade no purismo infecundo dos pequenos grupos que se contentam em querer ter razão e que são postos de lado por movimentos sociais mais complexos. A grupusculação das esquerdas e sua marginação política é bem conhecida, para que seja necessário insistir nela. O paradoxal é que, em nome de uma eficiência imediata que nada concede, se cai freqüentemente na ineficiência histórica dos grupos políticos raquíticos, que rapidamente se estancam em baixos índices de adesões e se esgotam então como propostas alternativas.

Outra série de pontos a serem levados em conta para uma opção política renovada tem a ver com a **constru-**

ção da democracia. Num país de longa tradição autoritária e em meio a tantas experiências de esquerdas também autoritárias, a idéia-força de participação aponta noutra direção. Para muitos, a democracia está contaminada pelas suas origens liberais, no bojo das revoluções burguesas. As lições de uma dialética histórica pareceriam indicar, entretanto, que os avanços de um período deveriam ser assumidos e recuperados no seguinte. Ficam como ajuda, entre nós, as reflexões de Marilena Chauí, Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho, sobre o valor universal da democracia (8). E isso é tanto mais importante, quanto essa idéia vem sendo reapropriada por neo-liberais, que colaboraram em diferentes momentos com o regime autoritário e que agora se fantasiam de vestais de uma liberdade que negaram e pisotearam na prática (quando não o seguem fazendo ainda agora, mais veladamente).

Essa caminhada para uma opção política realmente inovadora passaria, finalmente, por uma crítica severa ao problema do **poder**, em suas várias dimensões, e talvez não pudesse deixar de resgatar raízes libertárias que se encontram nas origens de tantas rebeldias populares e dos dissensos que se insurgem com as burocacias e os autoritarismos das mais diferentes orientações. Também o tema do **partido** exigiria uma crítica severa, em suas diferentes vertentes liberais, populistas ou revolucionárias (9).

Não há espaço para desenvolver estas e outras linhas de preocupações que teriam de ser aprofundadas, matizadas ou corrigidas no processo comum da formulação e reformulação de uma opção política. Este trabalho não poderia ser uma tarefa individual, mas o desafio que se põe diante de todos os que querem inscrever-se num movimento político de ambições históricas de transformação profunda. A simples enumeração desses pontos parece indicar que não há uma empecilhada cristã nesses elementos, mas que eles podem e devem ser assumidos por pessoas de diferentes horizontes religiosos ou arreligiosos.

Mas então, o que significa ser cristão e o que os cris- ►

8. Ver Marilena Chauí, **Cultura e Democracia**, Ed. Moderna, São Paulo, 1980; Carlos N. Coutinho, **A democracia como valor universal**, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980; Francisco Weffort, **Por quê democracia?** Brasiliense, São Paulo, 1984.

9. Tratei parcialmente do tema em "Partido e classe social: o debate Lénin-Rosa Luxemburgo", cap. V, in **Classes populares e Igreja...**, op. cit. Ver a contribuição polêmica e bem documentada de Oscar del Barco, **Esbozo de una crítica a la teoría y práctica leninistas**, Univ. Autónoma de Puebla, México, 1980.

tão têm a oferecer a uma tarefa política? Uma vez feita a distinção é possível articular fé e política.

O lugar eclesial na sustentação do compromisso político

O problema político levanta sérias questões na comunidade eclesial e delas parte Clodovis Boff para suas reflexões que inauguraram este debate. No 6º Encontro Intereclesial de Trindade, voltou o tema nas reflexões em grupos pequenos e nos plenários: a Igreja incentiva o compromisso político e depois abandona o cristão que o assume. Esta cumpriria nesse caso apenas uma função de catecumenato político, iniciando seus membros nesse campo e, depois, se retiraria em nome de um apoliticismo da instituição. Não haverá, entretanto, uma função **permanente** nesse nível? Por outro lado, se o compromisso político pode substituir sem dificuldades uma adesão de fé, que seriam ambos, senão duas opções ideológicas (ou de motivação emocional), que apenas servem para animar (e justificar) uma atividade e dar sentido a um esforço? Uns trocam religião por compromisso político, carregando para o mundo da política uma visão religiosa tradicional (quanto dogmatismo político não nasce daí!). Para outros, sua crença religiosa não resiste a um novo entusiasmo em outra ordem de convicções. Isso nos encaminha ao ponto central de perguntar o que realmente constitui a fé, sua irreduzibilidade e sua fecundidade. Para não alongar mais este texto, me contento com indicar pistas e referir-me a trabalhos que precisam melhor este tema.

É significativo que a reflexão de Jon Sobrino, em *El Salvador*, partindo do sofrimento e da luta de libertação concreta e quotidiana de seu povo e os dois últimos livros de Gustavo Gutierrez, tenham como eixos centrais a espiritualidade e os caminhos da contemplação (10). As meditações de Thomas Merton em seu mosteiro trapense, alimentaram a caminhada comprometida posterior de Ernesto Cardenal na Nicarágua. O compromisso com a justiça e a opção pelos pobres, que irromperam na Igreja latino-americana, não foram deduções analíticas que fluiram naturalmente de uma análise da realidade, com o que dificilmente oculariam um caráter ideológico (uma ideologia cristã progressista), mas encontram suas raízes reais nas exigências inevitáveis do seguimento de Jesus e nos preceitos inexoráveis da caridade.

Se o processo de secularização fez descobrir a consistência própria dos processos históricos e com isso ajudou a afastar a tentação de ver o religioso como a base ideológica do político, agora, num tempo de profunda crise de civilização, a **potencialidade transformadora do sagrado** indica os limites dessa mesma secularização do mundo moderno e a imprescindibilidade do mistério e, no caso dos cristãos, da fé em Jesus Cristo. Visto de outro ângulo, um processo de depuração e de autonomia do histórico, em lugar de esvaziar o sagrado, pelo contrário, o reforça em sua posição radical (11).

Freqüentemente, o religioso foi usado como instrumento motivador de outras atividades (e começamos a ficar cansados de instrumentalização). A razão instrumental cria facilmente seus fetiches. Marx estudou um deles ao nível do modo de produção, o da mercadoria, mas podem ser muitos outros (a nação, a religião, a classe, o partido) em diferentes dimensões da realidade. Na medida em que esses ídolos forem sendo negados, a produção de bens, as relações sociais, a organização da sociedade, os horizontes utópicos que dão sentido à história, readquirem suas virtualidades humanas libertadoras. E um dos espaços para desocultar os ídolos é o sagrado (que, não esqueçamos, também pode tornar-se um ídolo a mais no cenário das alienações), desde que colocado no plano último onde tempo e eternidade se encontram, na tensão e na geração mesma da vida.

10. Ver de Gustavo Gutierrez, *Beber no próprio poço*, trad. bras., Vozes, Petrópolis, 1984; G. Gutierrez, *Hablar de Dios desde el sufrimiento del inocente (una reflexión sobre el libro de Job)*, CEP, Lima, 1986. Os estudos bíblicos de Carlos Mesters, tão difundidos nas CEBs de todo o Brasil, são um material extraordinário para alimentar uma reflexão e uma vivência da palavra de Deus.

11. Desenvolvo várias destas idéias em "Secularização em declínio e potencialidade transformadora do Sagrado (Religião e movimentos sociais na emergência do homem planetário)", comunicação ao XVI Congresso Latino-americano de Sociologia, Rio de Janeiro, 2-7 de março de 1986, transcrita na *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 46, fasc. 182, julho de 1986 e na revista *Síntese*, nº 37, vol. XIV, maio-agosto de 1986. Para o tema da secularização, ver Paul Valadier, "La sécularisation en question", revista *Etudes*, Paris, novembro de 1983 (359/5). O penetrante livro de Marcel Gauchet, *Le désenchantement du monde (une histoire politique de la religion)*, Gallimard, Paris, 1985, desafia e faz pensar, ainda que possamos discordar de seus argumentos centrais. Ao contrário do que disse Max Weber, o mundo parece seguir "encantado" e imerso nas suas "brumas de Avalon". Aliás, valeria pesquisar as várias razões do sucesso do extenso livro de Marion Z. Bradley sobre este último tema (*The mists of Avalon*, traduzido em português em quatro volumes, Imago Editora, 1985).

Frei Betto, no debate sobre este tema, insistia na necessidade da formação teologal (não de cultura teológica, ao nível da ilustração). A fé rasga os horizontes da história, a esperança ilumina seus caminhos e a caridade a torna fecunda.

A Igreja tem de abrir um espaço para o acompanhamento pastoral de seus membros comprometidos nos mais diferentes engajamentos, não para indicar-lhes receitas, que a própria dinâmica do engajamento político terá de discutir, mas para iluminá-los em suas próprias bases existenciais. A partir da fé, qualquer atividade ao mesmo tempo é relativizada e adquire a maior relevância. Dito talvez de maneira mais rigorosa, adquire importância porque relativizada. Tem de ser realmente levada a sério, porque não é mais um fetiche enganador e redutor. E neste momento, poderíamos desenvolver todo o tema da gratuidade, que liberada do utilitário imediato, adquire uma fecundidade quase sem limites.

E aí está o espaço da celebração eucarística, da oração, da leitura da Bíblia, da contemplação, da vivência da comunidade de fé. Este é o desafio para um cristão comprometido no político: não tem de procurar que a Igreja complemente ou ponha remendos em sua formação política. Isso pode ser satisfeito bem melhor numa organização política realmente criadora. Entretanto, ele deve encontrar **razão de ser**, força e iluminação, nessa dimensão do sagrado que relativiza e reforça toda a sua ação. Abre-se um desafio enorme para a teologia pastoral (e a nossa teologia da libertação), a liturgia e a espiritualidade. No político o cristão é igual aos outros homens. A “Carta a Diogneto”, do século 4º, indicava claramente: “Os cristãos não se distin-

guem dos outros homens”. Mas mais adiante trazia uma idéia misteriosa: “o que a alma é para o corpo, os cristãos o são para o mundo” (12).

Retornando ao início, para o compromisso social não é preciso vestir a camiseta de um credo religioso. Repito uma citação de Ernesto Balducci, num livro que me tem ajudado muito a pensar estes temas: “Esta é minha profissão de fé, debaixo da forma da esperança. Quem ainda se declara ateu, ou marxista, ou laico e necessita de um cristão para completar a série de representantes no palco da cultura (ou na galeria das opções políticas, poderia acrescentar à frase do autor), não me procure. Sou apenas um homem” (13).

Mas por outro lado, na frieza do mundo moderno e diante de um grande terremoto social que sacode todas as certezas e abre os caminhos para o surgimento de coisas novas e inéditas, a dimensão do sagrado em geral, e da fé em particular, pareceriam ser bússolas fundamentais, a apontar na direção última da vida que vence a morte e que torna tudo o que fazemos, do mais pequeno às transformações mais ambiciosas da sociedade, consistente e carregado de energia criadora. Saberá a comunidade eclesial responder a esta exigência? O cristão imerso nas atividades políticas, deveria receber da comunidade eclesial apoio radical indispensável, tanto mais exigente, quanto maior é seu compromisso em transformar a terra. E esse compromisso, sem confundir-se, seria sinal e se ligaria, no testemunho desses cristãos, à antecipação do Reino de Deus.

12. Ver *O cristão e o mundo*, op. cit.

13. Ernesto Balducci, *L'uomo planetário*, Camunia, Brescia, Itália, 1985, parágrafo final. Este livro mereceria uma tradução ao português, como fecundo antídoto ao neo-integralismo que brota por aí em movimentos como “Opus Dei” ou “Comunhão e Liberdade”.